

CARLOS JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS

NEM TUDO  
ERA ITALIANO

SÃO PAULO E POBREZA  
1890-1915



34604

ANNA BILUME

FAPESP

309.181611

sa 59 m

1074905

NEM TUDO ERA ITALIANO  
SÃO PAULO E POBREZA (1890-1915)  
Carlos José Ferreira dos Santos

Revisão:  
Ivete Batista dos Santos

#### CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Peñuela Cañizal  
Willi Bolle  
Norval Battello Junior  
Carlos Gardin  
Lucrécia D'Aléssio Ferrara  
Ivan Bystrina  
Salma T. Muchail  
Ubiratan D'Ambrósio  
Plínio de Arruda Sampaio  
Maria Odila Leite da Silva Dias  
Gilberto Mendonça Teles  
Maria de Lourdes Sekeff

1ª edição: setembro de 1998

© Carlos José Ferreira dos Santos

ANNABLUME editora . comunicação  
Rua Ferreira de Araújo, 353 . Pinheiros  
05428-000 . São Paulo . SP . Brasil  
Tel e Fax. (011) 212.6764  
<http://www.annablume.com.br>

## AGRADECIMENTOS

Muitos foram os amigos que de várias formas contribuíram para a elaboração deste trabalho. A todos agradeço por ajudarem com o carinho, apoio, incentivos e críticas a sua realização.

Em especial, à Professora Maria Antonieta Martinez Antonacci, orientadora que com respeito, paciência e rigor, acompanhou os diversos momentos desta pesquisa e de sua redação, oferecendo diretrizes e inúmeras observações críticas, valiosas e decisivas para que o trabalho se concretizasse.

Ao sempre amigo Antonio Martins pelas leituras criteriosas e opiniões, bem como pelas informações e solidariedade no uso do computador e do apartamento.

A Simone Lucena Cordeiro pela revisão e pesquisa em alguns dos acervos, atividades realizadas com um cotidiano apoio, carinho e sensibilidade.

A Kelly Cristina e Sonia Wanemacher que por alguns dias compartilharam o longo trabalho de levantamento nos arquivos pesquisados e a transcrição de dados. A Sergio Martins da Cunha pelo apurado auxílio durante a digitação do texto.

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, pela oportunidade de ter realizado alguns cursos oferecidos e pelo constante estímulo à leitura e à realização desta pesquisa.

Do mesmo modo, agradeço aos professores da banca de qualificação e examinadora que com rigor e entusiasmo apresentaram suas críticas, incentivos e caminhos para a realização desta dissertação e sua possível continuidade.

Aos apoios institucionais oferecidos pela PUC/SP e pela CAPES, que, por meio da bolsa de estudo, fizeram com que este tra-

Muitos de seus valores foram incorporados ou rejeitados, sendo mesmo em alguns casos proscritos como crimes pelo direito positivo.

Na seqüência deste trabalho, procurei estudar alguns aspectos dessas experiências vivenciadas das mais diferentes formas nos espaços urbanos paulistanos, que também experimentavam um período de transformações.

## CAPÍTULO II

# EM BUSCA DA PRESENÇA DOS NACIONAIS POBRES: ESPAÇOS URBANOS, TRABALHO, CULTURA E TRANSGRESSÃO

*... mas o povo cria mas o povo engenha mas o povo  
cavila o povo é o inventalinguas na malícia da  
maestría no matreiro da maravilha no visgo do  
improviso... no crivo do impossível no vivo do  
inviável*

(“Circuladô de Fulô”, HAROLDO DE CAMPOS)

### **IMAGENS DE SÃO PAULO: ESPAÇOS URBANOS NA METRÓPOLE**

“Aqui as casas vivem menos do que os homens.” (MACHADO, 1983, p. 15) O autor desta frase, que exprime muito do clima de constantes transformações do meio urbano paulistano na virada do século, foi um dos mais conhecidos cronistas da Paulicéia: Antônio de Alcântara Machado. Porém, ele não foi o único a observar a velocidade e as frequentes mudanças dos espaços na metrópole que se erguia. Já em 1886, o viajante italiano Afonso Lomonaco salientava que a cidade de São Paulo estava “sujeita, presentemente, a um regime, a uma obra de contínuas demolições e transformações. (...) Uma cidade nova tende a tomar o lugar de outra antiga” (Lomonaco, *apud* MORSE, 1951, p. 191-2; BRUNO, 1953, p. 913).

Pelas palavras dos memorialistas, São Paulo possuía no período a feição de uma cidade em obras, passando por constantes remodelações, algo que ainda hoje, guardadas as devidas diferenças, permanece como uma de suas características. Frases de domínio popular, apesar de difícil datação, refletem em grande parte esse quase contínuo clima de alterações que contribuiu para a criação



de imagens como "a cidade que mais cresce no mundo" e "São Paulo não pode parar".<sup>50</sup> Expressões que ainda fazem parte e estão presentes numa espécie de cadência frenética da "Paulicéia Desvairada" descrita por Mário de Andrade (ANDRADE, s/d).

Desde 1870, Hadfield, um visitante inglês, comparando a São Paulo de então com a que viria dois anos antes, previa o "futuro promissor" da cidade e destacava sua modernização:

*Percebo muitos melhoramentos levados a efeito, desde que estive aqui pela última vez. Não pode haver dúvidas de que São Paulo está destinada a progredir como Capital da província e núcleo central de comunicações por estrada de ferro. Os serviços de gás estão, agora, em andamento, para substituir as lâmpadas a óleo existentes (...) Assim, todas as conveniências modernas logo serão encontradas aqui. (Apud. ANDRADE, s/d)*

Lendo essas observações feitas por quem era originário de uma das nações vistas como modelo de civilização moderna, parece que São Paulo estava mesmo destinada, ou "condenada", a "progredir" numo à "modernidade".<sup>51</sup> Todavia, essa suposta "predestinação" suscita várias questões importantes. Pretendo estudar uma delas: a dualidade entre a tentativa de remodelar a cidade nos moldes europeus – questão relacionada a um processo de alteração na composição étnica da população com a constituição de um mercado de trabalho especializado, acompanhada no capítulo anterior –, e a existência, por vezes

50. Essas expressões, bem como outras do tipo "São Paulo é terra do trabalho", fazem parte de um processo histórico vivenciado cotidianamente pela população paulistana. Não é a intenção deste trabalho afirmar que tais expressões foram criadas a partir somente das experiências vividas no período aqui tratado. No entanto, elas estão direta ou indiretamente ligadas ao processo vivenciado pela população paulistana em fins do século passado e início deste.

51. Barreiro, discutindo "a referência cultural dos viajantes estrangeiros" durante o século XIX, assinala que era "a de um tempo que se convencionou a chamar de modernidade". Referência que, como transparece nas palavras de Hadfield, esteve presente no olhar dos viajantes estrangeiros ao descreverem a cidade de São Paulo e sua população na virada do século. BARREIRO, "O cotidiano e o discurso dos viajantes – Criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX", 1988, p. 11.

resistência, dos que, por se diferenciarem do modelo urbanístico e sociocultural a ser implantado, eram descritos como desqualificados e deslocados no tempo e no espaço, quando considerados.

Em outras palavras, este capítulo procura discutir a busca pela criação, em termos arquitetônico e populacional, de uma hipotética civilização moderna, branca e europeizada, tentando esconder, ou destruir os vestígios de uma suposta "barbárie" relacionada à população nacional pobre. Mas pretende, também, em especial, acompanhar a interação quase sempre inusitada – em alguns casos marginal e subversiva – desses sujeitos sociais com as alterações na urbe e seus significados.<sup>52</sup>

Assim, a ressaltada e, na maioria das vezes, elogiada modernização e a expansão incessante de São Paulo sugerem, ao mesmo tempo, a constante tentativa de superar o que era considerado indesejável, bem como a provável resistência do que se procurava transformar. Buscando perceber a presença dos nacionais neste processo, é possível surpreender duas situações: a primeira é um quase silêncio sobre os despossuídos dessa parcela da população e a segunda um discurso desmerecendo e excluindo seus modos de vida em determinados lugares do perímetro urbano municipal.

Novamente, os relatos dos visitantes e memorialistas acerca da divisão dos espaços da cidade, ou de como deveria ocorrer sua reorganização, postos em diálogo com as fotografias de São Paulo na virada do século, oferecem sinais nesse sentido. Além disso, permitem notar quais seriam os espaços e os respectivos papéis desejáveis para as diferentes parcelas da população na metrópole em formação.

Entre as descrições, ganha destaque a divisão urbanística paulistana que, entre outras ausências, quase sempre desconsiderava totalmente os distritos suburbanos, habitados por um significativo contingente de nacionais.<sup>53</sup> O relato do viajante italiano Alfredo

52. Sobre o significado, uso e percepção do espaço urbano foram de grande importância as análises de FERRARA, "O signo contextual". In: *A estratégia dos signos*, 1986, p. 119-88.

53. A população das áreas suburbanas, apesar de não ser elevada, era constituída tradicionalmente por uma expressiva participação da parcela nacional. O Dr. Rubião Meira, diretor do Anuário de 1903, confirma essa análise ao descrever os elementos que predominavam entre os habitantes de algumas dessas localidades: "Nos distritos de São Miguel, Penha e Nossa Senhora do Ó em que a população é mais escassa e onde predomina o elemento nacional." In: *Anuário Estatístico da Seção de Demografia de 1903*, agosto de 1904, p. 9.

Cusano é um interessante exemplo neste sentido. Em 1911, após visitar São Paulo, Cusano publicou suas impressões com o título "Italia d'oltre mare".<sup>54</sup>

Para o italiano, a Paulicéia era dividida tão-somente em três áreas: "os bairros elegantes, os populares e o centro, que abrigava toda a vida comercial". Tratando inicialmente dos "bairros elegantes" (Higienópolis, Campos Elísios, redondezas da Avenida Paulista etc.), descritos como "veredas maravilhosas", fica claro, até pela escolha das palavras e expressões, que o autor estava encantado com o luxo e ostentação dessas "ilhas de conforto e prosperidade", tendo como fundo o estilo arquitetônico dos "palacetes elegantes de tonalidades italianas".

Não era com entusiasmo menor que os visitantes, quase sempre comparando com os grandes centros da Europa, descreviam o perímetro urbano paulistano mais central, considerado o verdadeiro coração de São Paulo. Registrada como um importante e elegante centro comercial e financeiro, essa região ficou conhecida como "Triângulo Central", por ser composta pelas ruas Direita, São Bento e XV de Novembro.

As fotografias do período também expõem várias dimensões do desejo de mostrar aquela área da cidade como uma movimentada e distinta região de lazer e negócios em plena modernização. As fotos relacionadas ao "Triângulo" no geral destacam os bancos, casas comerciais, confeitarias, cervejarias, cafés, redações dos jornais, lojas de modas, joalherias, a reconstrução das ruas, viadutos, praças e uma grande circulação de pessoas – sinais positivos da modernidade paulistana.

Esses documentos fotográficos permitem ponderar que também o olhar dos fotógrafos, como Guilherme Gaensly, uma das exceções quanto às informações acerca da autoria das fotos e criador de várias das imagens estudadas para esta pesquisa, estava inserido num contexto que procurava apontar como deveria ser a vida urbana da Paulicéia, que se reorganizava buscando seus exemplos nas cidades européias. Havia até aqueles que, em seus registros sobre a

54. As citações acerca das descrições a seguir do visitante italiano podem ser encontradas em: CUSANO, Alfredo. "Italia d'oltre mare". Milão, Enrico Regiano, 1911, p. 115-19. In: BRUNO, *Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes (1553-1958)* – Registros: 4, 1981, p. 168-70.

cidade, encontravam um pouco de cada uma das "maiores" metrópoles da Europa em São Paulo, descrevendo os paulistanos como "assimiladores perspicazes" de estilos das capitais européias. Outros chegavam a detalhar quais as ruas, praças, lugares, árvores da cidade eram semelhantes às da Europa.<sup>55</sup>

"Carnaval arquitetônico": (LOBATO, in BRUNO, 1954, p. 947) foi assim que Monteiro Lobato caracterizou São Paulo, mostrando que essa diversidade não passava despercebida aos cronistas nacionais. Entre os brasileiros, ganha novamente destaque Alcântara Machado, que não poupou o tom irônico ao descrever a combinação urbanística da Paulicéia como uma "batida arquitetônica". Para o escritor, São Paulo possuía "todos os estilos possíveis e impossíveis. E todos eles brigando com o ambiente. Quer os edifícios públicos, quer as casas particulares aberram do solo em que se levantam". Essa diversidade, segundo o autor, produzia na composição da Paulicéia "um arzinho de exposição internacional".<sup>56</sup>

O sarcasmo de Alcântara Machado e de Monteiro Lobato, além do olhar dos visitantes, não era longínquo da ordem metropolitana que se procurava edificar. Os grupos sociais à frente da administração municipal e as autoridades paulistanas dirigiam sua ação no sentido de fazer uma cidade supostamente moderna aos moldes das metrópoles européias. Para tal, não poupavam gastos,<sup>57</sup> procurando normatizar os espaços: "A preocupação de governantes é governados é derrubar para fazer maior e mais bonito. (...) A questão é que esse

55. Além de Alfredo Cusano, essas descrições podem ser acompanhadas em: GAFFRE, L. A. "Visions du Brésil": "Não creio que haja duas avenidas próximas ornamentadas com as mesmas árvores." 1910. ADAM, "Les Visages du Brésil", p. 124 – Os dois autores citados por BRUNO, (org.). *Memórias da cidade de São Paulo: depoimento de moradores e visitantes. 1553/1958, op. cit.*, respectivamente nas páginas 162 e 182. DOMVILLE-FIFE, Charles. "The United States of Brazil", 1910, p. 207; D'ATRI, Alessandro. "L'Etat de São Paulo et le Renouveau Economique de L'Europe", 1918, p. 189. Citados por: BRUNO, *Histórias e tradições da cidade de São Paulo, op. cit.*, respectivamente nas páginas 65 e 66.

56. O termo "batida arquitetônica", segundo os editores do livro de Alcântara Machado, é no "sentido de mistura". In: MACHADO, *Prosa preparatória – Cavaquinho e saxofone*, 1983, p. 171.

57. Para se ter uma idéia dessa busca, o presidente do estado de São Paulo durante a gestão de 1872-1875, Dr. João Teodoro Xavier de Matos, gastou "no embelezamento" da cidade uma soma quase próxima dos gastos anuais da então Província, índice que coloca em evidência a mentalidade urbana que prevalecia.

mais bonito é sempre importado. Daí o desastre estético-urbano”, destacava Alcântara Machado (MACHADO, 1983, p. 171-2).

Entretanto, talvez por descuido ou proposital omissão, no sentido de ocultar o indesejável, as representações textuais e fotográficas da cidade raramente tinham como tema central os espaços ocupados, nas proximidades ou mesmo no próprio perímetro central, por agentes sociais que estavam fora dos padrões urbanísticos e socioculturais desejados. Alguns deles, como veremos, eram as ruas, becos e praças no Sul da Sé, no Anhangabaú, na Várzea do Carmo e no próprio “Triângulo”.

Parece, no entanto, que esta descon sideração em relação às camadas pobres cessavam quando os visitantes e os fotógrafos travavam dos bairros populares, mesmo porque seria muito difícil ser diferente. Alfredo Cusano, novamente a título de exemplo, aparentemente preocupado e indignado com a precária situação dos habitantes daquelas regiões, não deixou de comentar as péssimas condições de suas habitações, em especial os cortiços. Condenando o que viu, destacava o acerto das prováveis medidas higienizadoras a serem tomadas por “alguns importantes paulistas” e pelo governo, visando à destruição dessas habitações.

É interessante ressaltar, ainda, que o próprio viajante revela uma das preocupações fundamentais dessas medidas: “a reputação da “querida cidade”. Assim, ao que tudo indica, não era somente o “bem-estar” das pessoas que habitavam essas moradias o fator principal que causava a “ação” desses “importantes paulistas” e impulsionava a atuação governamental. Nas entrelinhas dos relatos, quando essas áreas eram consideradas, por vezes afigurava-se a intenção de tornar São Paulo um modelo urbanístico no qual essas “manchas” deveriam ser apagadas.

Antes de prosseguir, é importante observar mais atentamente a preocupação desses nossos visitantes com a situação dos despoídos em São Paulo. Lembrando, inicialmente, que a maioria era composta por europeus, é interessante considerar que a indignação desses autores era menos com os trabalhadores no geral e mais com a situação dos seus compatriotas.

Os relatos dos viajantes pesquisados para o presente trabalho, inclusive os brasileiros, quando mencionavam a situação dos trabalhadores — o que raramente acontecia — destacavam as características europeias desses sujeitos históricos e da urbe paulistana,

comparando-as com as metrópoles da Europa. Já os nacionais, bem como os que estavam empregados nas fábricas, nas lojas, nos bancos, com raras exceções eram costumeiramente tratados com o silêncio absoluto ou descritos como não tendo “meio conhecido de subsistência” e, conseqüentemente, julgados como “vagabundos”.<sup>58</sup>

Nota-se que, mais uma vez, palavras como civilização, progresso, prosperidade, modernização, europeização confundem-se com especialização dos espaços e exclusão, o que aponta não só a visão sobre a cidade como em relação aos seus sujeitos sociais. A própria prática dos grupos à frente da administração pública paulistana, no período, foi assinalada por esta intenção.

Um bom exemplo da atuação do poder municipal neste sentido foi o prefeito, industrial e fazendeiro “conselheiro” Antonio da Silva Prado.<sup>59</sup> Ex-monarquista, filho de uma das famílias mais tradicionais de São Paulo, conhecido por suas posturas conservadoras e por ter sido um dos maiores defensores da vinda de imigrantes para substituir os escravos, o “Conselheiro” governou a cidade por um período de uma década (1899-1910).

O italiano Alessandro D’Atri em suas anotações sobre a Paulicéia, não deixou de tecer considerações acerca da gestão Prado. De acordo com suas observações, o prefeito não poupava esforços na direção de tornar São Paulo, pelo menos do ponto de vista estético e de acordo com os padrões urbanísticos europeus, uma das mais “belas capitais da América do Sul”. Para tal, o “Conselheiro” atuava ocultando ou suprimindo, isto é, tentando tornar invisíveis os traços

58. Essa dupla qualificação atribuída a determinadas pessoas na cidade durante a virada do século, como não possuindo “meio conhecido de subsistência” e como “vagabundos” pode ser encontrada no: *Relatório Apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879*, 1879, p. 46. Aspectos das dimensões dessa prescrição expressa no Relatório de 1879 serão retomados nas páginas 115 e 116.

59. Sobre o “Conselheiro” Antonio da Silva Prado (1840-1929), seu pai Martinho da Silva Prado (1811-1891) e seu irmão Martinho da Silva Prado é possível ainda encontrar informações nas seguintes obras: BRUNO, *História e tradições de São Paulo, op. cit.*, especialmente nas páginas 911 e 912; PENTEADO, *Belenzinho, 1910 — Retrato de uma época*, 1962, especialmente na página 44; ROLNIK, “Cada um seu lugar! — São Paulo, início da industrialização: geografia do poder”, 1981, especialmente a página 28; SEVCENKO, *O feio extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos primeiros anos 20*, 1992, especialmente a página 31; ANGELO, “São Paulo — 110 anos de industrialização. Volume I: 1880-1913”. In: *Isto É-Senhor*, 1990, p. 3-8, 16 e 19.



"não europeus ou caipiras"<sup>60</sup> que acaso subsistissem na cidade de São Paulo em suas edificações, ruas, árvores, casas, praças, igrejas, costumes, hábitos.

Um "homem conservador por natureza" à frente da "modernização" europeizante de São Paulo. Em outras palavras: um modernizador conservador e uma modernização conservadora visando reproduzir as características das cidades européias em São Paulo. Essa aparente contradição vislumbra como deveria ocorrer a "modernidade paulistana" e quais seriam seus agentes.

Ao que tudo indica, por um lado seriam conservadas as antigas desigualdades sociais e o *status quo*, por outro buscariam o moderno e a prosperidade ao estilo europeu. O que e quem não pertencessem ao anterior *status* e nem possuísse características européias, confundidas com a modernidade, não teria por que permanecer naqueles espaços mais centrais. Representava, aliás, um obstáculo e por isso deveria ser removido.

Uma outra manifestação significativa acerca do sentido dessas transformações urbanas no que diz respeito a sua dimensão social é o relatório encaminhado ao governo municipal e estadual entre 1893-1894, pela Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços de Santa Efigênia (RCEIHCSE - 1893-1894). "É preciso cuidar também da unidade urbana, a habitação (...) onde se acumula a classe pobre", solicitava a Comissão em nome da ordem, da saúde pública e do combate às péssimas condições de moradia operária (RCEIHCSE, 1894, p. 255).

Após listar as medidas necessárias para a solução dos "problemas" vinculados à habitação popular, o Relatório acentuava ainda mais quais eram os principais sujeitos sociais considerados pelas autoridades municipais como úteis, honestos e que procurava preservar: os imigrantes - aqueles que haviam sido "importados com sacrifícios".<sup>61</sup>

60. Ernani Silva Bruno tece essas considerações a partir das palavras de D'Arri, "L'Etat de São Paulo et le Renouveau Économique de L'Europe", 1918, p. 189. In: BRUNO, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 911-2.

61. "Tais são as medidas que julgamos adequadas a solver o problema das habitações operárias entre nós. Os favores que o Estado ou o município deliberar conceder no intuito de estimular ou criar empresas que se proponham construir vilas operárias nos tempos atuais, quando a crise financeira está em período

Pelo que foi estudado, é possível pensar na hipótese de que a "modernização" da cidade foi acompanhada da intenção de especializar os espaços e ao mesmo tempo estabelecer uma divisão entre os próprios trabalhadores e os que não eram encarados como tal. Por exemplo: entre os que residiriam nas vilas operárias - uma das soluções apontadas pelo Relatório da Comissão e lugar que deveria ser da população trabalhadora pobre mais disciplinada, especializada e civilizada -, e os que habitavam os outros espaços, como cortiços, casebres, hotéis-cortiços, galpões, cubículos, becos, ruas, praças e as regiões mais distantes nos chamados subúrbios ou sub-districtos, num ambiente considerado perigoso conforme o Inspetor Sanitário do Estado, Dr. Evaristo da Veiga, em 1894.<sup>63</sup>

agudo e quando por outro lado as epidemias nos ameaçam todos os anos, dizimando a classe operária e roubando-nos braços úteis que importamos com sacrifício, epidemias que, não raro, nos forçam a gastar exagerada e precipitadamente, os favores, dizemos, não podem agora ser muito regateados, porquanto o que se gastar com a melhoria das condições da população operária - deixamos a dispensar, em boa parte com a higiene defensiva." In: *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia*, op. cit., p. 269-70.

62. Apesar de não ter encontrado informações mais precisas acerca da nacionalidade dos moradores das vilas, é possível pensar que os trabalhadores pertencentes à parcela nacional eram em pequeno número nesses espaços, conforme sugere o próprio documento da Comissão de Exame. Isso se deve, cetero paribus, ao fato de não serem os nacionais, em grande parte, julgados como motivados (qualificados). Além disso, e muito em decorrência dessa concepção, essa parcela da população era minoritária entre os trabalhadores nas indústrias paulistanas no período - de acordo com os quadros do capítulo anterior. As casas das vilas, pelo visto, deveriam ser ocupadas pelos operários apreciados como fundamentais à produção, que, muito provavelmente eram em maior número de origem europeia. Rolnik chega a analisar que os habitantes das vilas eram considerados uma espécie de "aristocracia operária, vista por si mesma e pelos demais grupos como a parcela mais 'civilizada' da pobreza". In: ROLNIK, op. cit., p. 80. Porém, até que ponto morar nesses espaços criava uma diferenciação entre as pessoas das camadas populares é uma questão a ser aprofundada em estudos futuros.

63. O relato do Inspetor Sanitário do Estado de São Paulo Dr. Evaristo da Veiga, em 1894, analisando a situação de algumas dessas habitações, oferece mais indícios neste sentido. Para o Inspetor: "Os indivíduos que vivem na miséria e abrigados aos pares em cubículos escuros e respirando gases mepfíticos, que exalavam de seus próprios corpos não asseados, perdem de uma vez os princípios da moral e atiram-se cegos ao crime e ao roubo de forma a perderem sua liberdade ou a ganharem por essa forma meios de se alimentarem ou dormirem melhor". In: MORAES FILHO, (org.), *Idéias sociais de Jorge Street*, 1980. No entanto, é pertinente observar que a criação das vilas operárias não significou



A princípio iremos discutir três destas imagens relacionadas à área mais central da cidade.

À primeira vista, na foto 1 – cruzamento da Rua Direita com a São Bento em direção à Praça da Sé, por volta de 1910 a 1912, local denominado como “Quatro Cantos” –, o grande destaque é para o ex-Café Triângulo, referência direta à maneira pela qual ficou conhecida aquela região. Sobressai-se, também, o grande movimento de pessoas, em boa parte consideradas “bem vestidas” para a época, e a figura de dois policiais. Entretanto, quase no centro da foto percebe-se a presença de um carroceiro negro, destoando daquele espaço considerado moderno.

A segunda, da Coleção Guilherme Gaensly, traz a Rua XV de Novembro entre os anos de 1900 e 1910. Nela é possível apreender a intenção do fotógrafo de dar um retoque especial a um dos pontos de passeio e encontro favoritos da parcela mais abastada da população paulistana, além de ser uma das ruas que também compunham o chamado Triângulo Central financeiro e comercial da Paulicéia. Acompanha-se, novamente, o grande movimento de pessoas, algumas “bem vestidas”. Ao fundo, porém, surpreende-se a presença de homens carregando sacos, embrulhos, próximos a uma carrocinha. Apesar da distância, é possível perceber que são negros. Nota-se também, no centro da rua, a presença de dois garotos, um deles transportando algo parecido com vasilhas adaptadas em um suporte para carregar comida.

O Viaduto do Chá aparece na reprodução 3, entre os anos de 1917-1918. Foto tirada do lado onde hoje se localiza a Praça Patriarca. Apreende-se a presença de homens “sobriamente” trajados ao estilo europeu, portando sombrinhas, decerto para se proteger do sol, como se compreende pela sombra na foto. E em direção oposta à daqueles senhores, sobressai a figura de uma mulher negra vestida toda de branco, provavelmente descalça, que, em direção contrária à dos homens, caminha carregando um pacote.

Assim, mesmo não sendo aqueles os lugares que supostamente deveriam ocupar, ou pelo menos serem visíveis, é possível surprender pelas imagens os sujeitos sociais da parcela nacional da população desposuída, por vezes descalços e quase sempre destoando das vestimentas dos “atores centrais”. Em outras palavras, o uso cotidiano fazia com que aqueles sujeitos encarados como indesejáveis não fossem apenas espectadores, mas também, ao mesmo tempo,

Foto 1 – “Triângulo Central”:  
Esquina da Rua São Bento  
com a Direita. Carroceiros  
dividem o espaço com os  
Cafés. Acervo do DIM-  
DPHMSF  
1910-1912

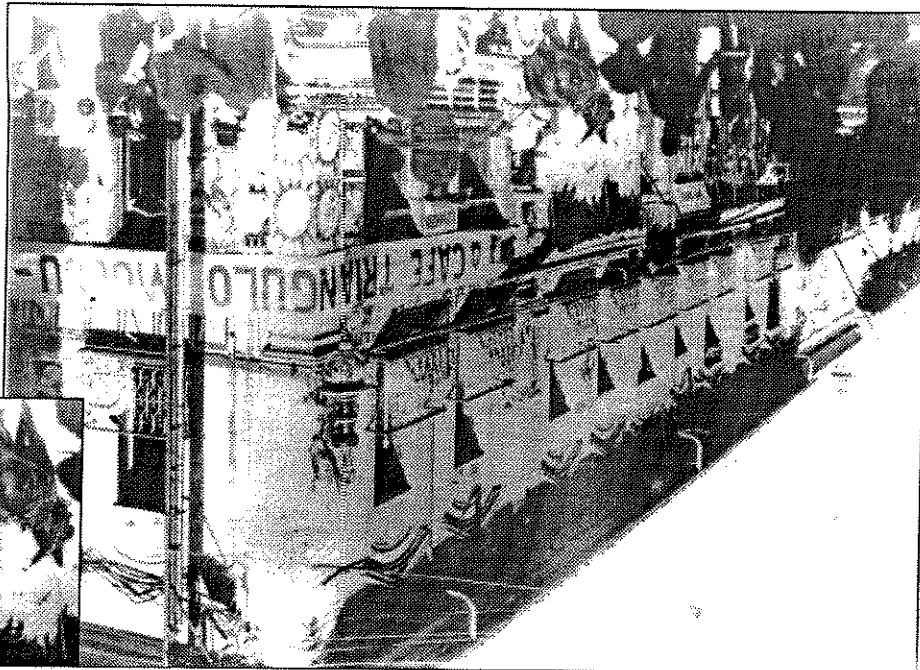




Foto 2 - Rua XV de Novembro. Segundo os visitantes, "o que existia de melhor no comércio urbano". Coleção Guilherme Gaensly/Acervo do DIM-DPHMSP - 1900-1910.



Foto 3 - Viaduto do Chá. Acervo do DIM-DPHMSP - 1917-1918



atores, subvertendo de certa forma valores presentes nas imagens que se procurava constituir de uma cidade que se modernizava sem a presença ou participação desses agentes sociais.<sup>66</sup>

Existe, não obstante, um outro aspecto comum nessas reproduções. Ao contrário dos relatos que os apresentavam como sem "meio conhecido de subsistência" ou "vagabundos", os nacionais surgem em quase todas as fotos com algum tipo de ocupação ou carregando algo. Conduzindo carroças, como o carroceiro negro da foto 1; transportando sacos, trouxas, embrulhos, carrocinhas de mão, a exemplo das fotos 2 e 3, em "plena" área central - o "Triângulo"; enfrentando serviços perigosos e pesados; vendendo em tabuleiros doces, guloseimas e outros produtos; varrendo as ruas, como se surge no plano de fundo de várias das fotos estudadas.

Mesmo que em muitos casos quase invisível aos olhos dos que procuram observar nas fotos apenas o seu plano principal - as edificações, as ruas e as praças -, a maneira como os nacionais pobres geralmente aparecem permite considerar que se relacionaram de forma contraditória com a "modernização" da Paulicéia, sendo importante mesmo para o seu funcionamento. Porém, por não serem considerados por muitos dos que descreveram São Paulo e pelas autoridades municipais como os agentes principais desse processo, tiveram suas formas de participação invisibilizadas, ou rejeitadas. A documentação fotográfica possibilita, assim, confrontar essas imagens da cidade na virada do século, ainda muito presente, com um outro olhar que procura sinais das experiências dessas pessoas.

Percebe-se desta forma que a busca pela especialização dos espaços urbanos, bem como o desejo de europeizar e modificar a configuração sociocultural da cidade de São Paulo, foi vivenciada das mais diversas maneiras por sua população. Apesar de parecerem invisíveis à percepção de muitos memorialistas e viajantes, esses sujeitos históricos estavam presentes, interagindo de forma contraditória com as normatizações. As várias datas dos relatos e das fotos apontam que os nacionais pobres, em grande parte nas ruas e praças, viveram essa experiência dia a dia, de forma variada e dinâmica, incorporando, rejeitando, influenciando e sendo influenciados por esse processo.

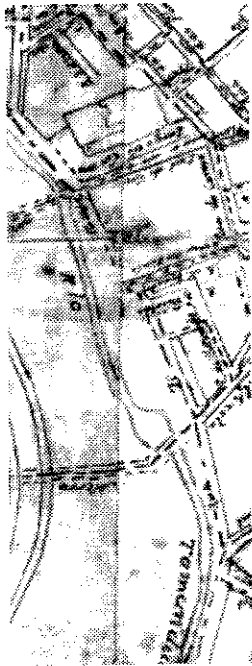
66. É interessante considerar acerca deste tema as análises de: FERRARA, "O signo contextual". In: *A estratégia dos signos*, *op. cit.*

### VÁRZEA DO CARMO: LAVADEIRAS, CABOCLOS E PRETOS "VÉIOS"

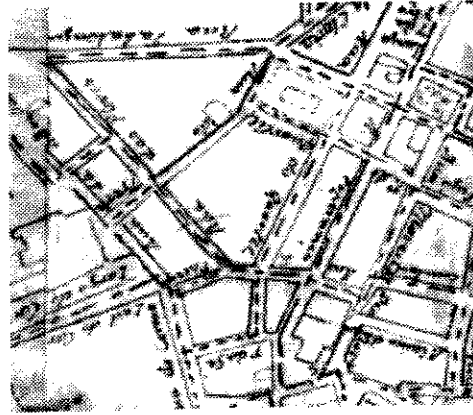
No sentido de tentar perceber mais elementos acerca das considerações discutidas até aqui, é interessante lançar um olhar sobre alguns dos espaços ocupados pela parcela nacional pobre e seu modo de vida durante as constantes transformações urbanas experimentadas pela cidade e sua população. Para buscar uma abordagem que permitisse tratar de alguns dos temas propostos e certos aspectos de suas várias possibilidades, orientei a seqüência deste estudo a partir de três locais centrais e suas adjacências, onde, conforme o levantamento realizado, a presença desses sujeitos sociais foi marcante: a Várzea do Carmo, o Largo Nossa Senhora do Rosário e a região conhecida então como Sul da Sé.

O estudo dessas regiões e sua população tornou possível acompanhar outras dimensões da relação entre a cidade que as autoridades desejavam constituir e a maneira de viver da parcela nacional despossuída. Contudo, é importante considerar que os recortes de espaço e tempo histórico são entendidos, neste trabalho, como indicações e não parâmetros fechados. Isto é, outros espaços serão abordados, até porque procuro traços da experiência cotidiana de pessoas que viveram das mais variadas formas possíveis. Os trechos da planta geral da cidade em 1895-1928 focalizam a seguir esses lugares.<sup>67</sup>

67. Estes recortes na planta de São Paulo de 1895 e 1928 foram realizados no sentido de focalizar e discutir mais detalhadamente os espaços aqui estudados. Várias foram as plantas consultadas nos acervos do Arquivo Municipal, Biblioteca Mário de Andrade e Patrimônio Histórico, algumas das quais se encontram listadas no item "Bibliografia, acervos e fontes". Entretanto, as de 1895 e 1928 foram escolhidas por permitirem uma melhor visualização das áreas consideradas antes e depois do processo de remodelação urbana vivenciado por São Paulo, na virada do século, e por estarem em bom estado de conservação em relação às dos outros anos.



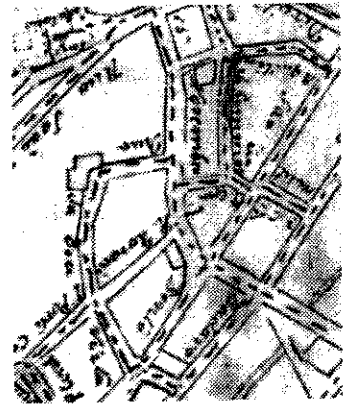
Aspectos da  
Várzea  
do Carmo



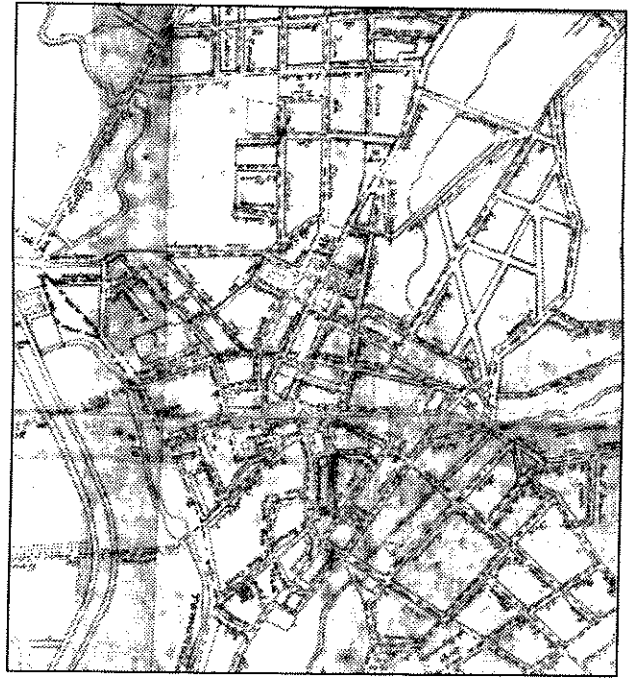
Proximidades  
do antigo  
Largo do Rosário

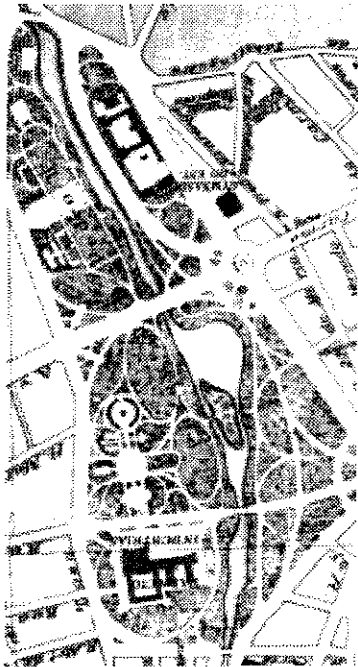
DETALHES DA PLANTA DE 1895

Aspectos  
da antiga  
Sé

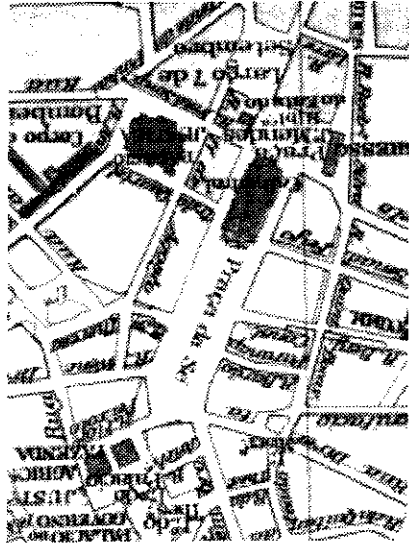


PLANTA 1 - Várzea do Carmo e Igreja do Rosário: Ruas e becos do Sul da Sé. Trecho da planta geral da cidade em 1895. Acervo do AHMSP, BMMA e DPH.

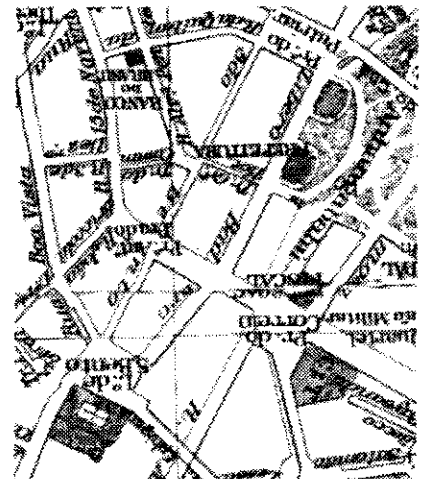




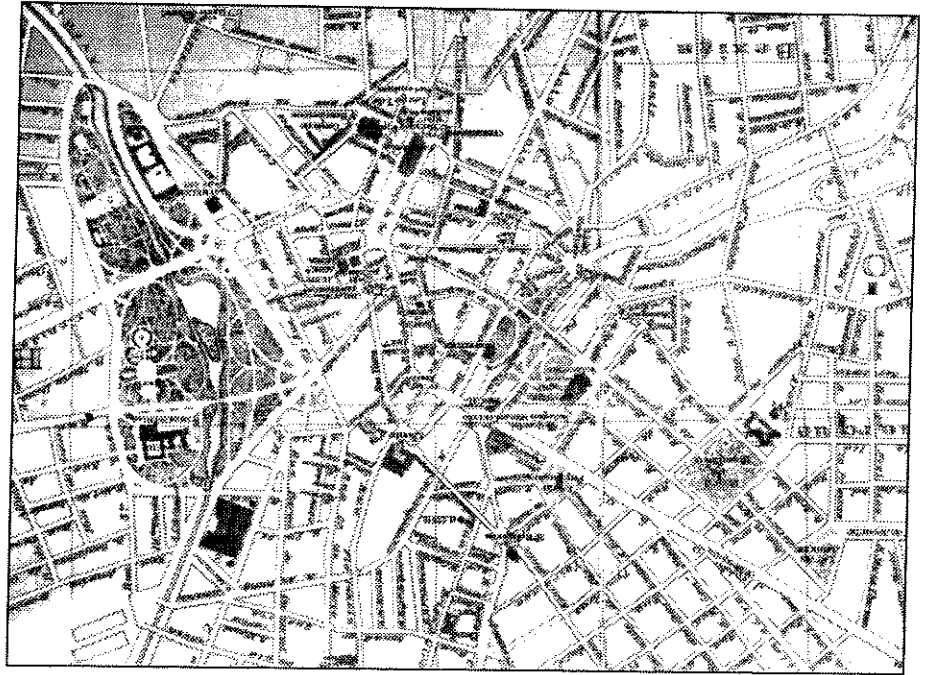
Aspectos do Parque D. Pedro



Aspectos da Praça da Sé



Proximidades da Praça Antônio Prado



PLANTA 2 - Parque Dom Pedro II; Praça Antonio Prado; Praça e Catedral da Sé. Trecho da Planta da Cidade de São Paulo em 1928. Acervo do AHMSP, BMA e DPH.

As análises e a atuação do ex-Secretário da Justiça e da Segurança Pública e futuro presidente da República, Washington Luís, à frente da prefeitura municipal durante a gestão de 1914 a 1919, postas em diálogo com estas plantas e com as fotografias de um desses espaços no qual podemos localizar uma significativa presença dos nacionais despossuídos, a Várzea do Carmo e suas vias de acesso,<sup>68</sup> oferecem algumas pistas no sentido de apreender dimensões do viver urbano desses sujeitos sociais em São Paulo.

Ao justificar a necessidade de sanear e urbanizar aquela região, o prefeito gradualmente deixou vir à tona tanto nuances das intenções presentes nos projetos de reurbanização e reordenação da cidade, como aspectos da imagem que os grupos no poder possuíam em relação aos dessa parcela da população.

*(O novo parque) não pode ser adiado porque o que hoje ainda se vê, na adiantada capital do estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populares bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão.* (TORRES, 1969, p. 182-3)

Pelas palavras de Washington Luís, a princípio, compreende-se que a cidade não era apenas composta por um centro comercial e financeiro, bairros nobres e operários com um ar europeu, especialmente italiano, como se tornou costumeiro descrevê-la no período, a exemplo de Alfredo Cusano. Existiam outras áreas, que fugiam ao modelo urbanístico sanitário pretendido. Taxados de insalubres e perigosos, esses lugares e a população que neles convivia cotidianamente vivenciaram a tentativa de sua reconstrução, por parte dos poderes públicos municipais.

É interessante apreciar as expressões médico-sanitárias utilizadas pelo prefeito para descrever o supostamente "feio, sujo e perigoso" como uma "chaga mal cicatrizada" que deveria ser extirpada

68. Como Várzea do Carmo pode ser entendida parte da região cortada pelo rio Tamanduacá, atualmente conhecida como Parque Dom Pedro II.

pela ação "científica" dos projetos modernizadores, da administração e da higiene pública. O que nos remete a uma postura que justificava a ação dos poderes municipais a partir de um suposto preceito pelo qual o município deveria ser organizado e gerenciado por princípios baseados na ciência positiva da medicina e do direito.<sup>69</sup>

Continuando a discutir os apontamentos do prefeito, temos as seguintes considerações:

*Nessa vasta superfície acidentada, de mais de 25 alqueires de terra, após a época das chuvas, ficam estagnadas águas em decomposição que alimentam viveiros assombrosos de mosquitos, que levam o incômodo e a moléstia aos moradores confinantes; no tempo das secas formam-se as trombas de poeira que sujam e envenenam a cidade; a espaços, o mato cresce a esconder imundícies que o sustentam, não obstante o zelo da Limpeza Pública, tudo isso com grave dano para a saúde dos municípios.* (TORRES, 1969, p. 182-3)

Importa ponderar nesta parte do texto que as autoridades municipais deveriam encontrar muitas dificuldades em estabelecer seu modelo de limpeza e comportamento à Várzea do Carmo e sua população. Ou seja, essa região, de certa maneira, não se amoldava – e mesmo fugia – ao controle desejado pelos órgãos públicos, "não obstante o zelo da Limpeza Pública".

Percebe-se que a preocupação de Washington Luís originava-se muito da necessidade de controlar essas áreas. O próprio discurso médico-sanitário do prefeito cede espaço a uma análise moral baseada numa argumentação jurídica em que se sobressai a visão policial em se tratando do comportamento das pessoas que viviam ou frequentavam aquele lugar.

69. Chalhoub analisando o episódio da destruição do cortiço carioca "Cabeça de Porco", localiza as origens de um dos "pontos fundamentais" da maneira pela qual eram tratadas as diferenças urbanas na virada do século: O "surgimento da idéia de que uma cidade pode ser apenas 'administrada', isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos". In: CHALHOUB, "Classes perigosas". In: *Trabalhadores*, 1990, p. 4.



Deste modo, não só as moléstias e as moscas causavam receio, mas também o comportamento daqueles sujeitos vinculados à Várzea. O uso e a percepção que possuíam daquele espaço, expresso em grande parte na maneira como aparecem nas fotografias relacionadas à Várzea — lavando roupas e cavalos, conduzindo carroças etc. —, além de representar aspectos da maneira como viviam sua experiência na cidade, contrapõem-se às normas e códigos desejados, correspondendo assim a uma "fala subversiva e marginal" (FERRARA, 1986, p. 120), portanto perigosa.

Para as autoridades paulistanas, muito provavelmente aqueles modos de vida indesejáveis poderiam se espalhar, como se fosse uma epidemia, por outras áreas da cidade, colocando em risco a ordem metropolitana idealizada. Era necessário estabelecer um controle sobre a Várzea, isto é, em nome da limpeza, da saúde e da segurança pública, promover um saneamento, ao mesmo tempo higiênico, social e moral, como se manifesta no trecho que segue.

*É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamandateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano à moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita. (TORRES, 1969, p. 182-3)*

Aqui transparece que a parcela nacional da população era significativa nessa região desqualificada e condenada à remodelação pelas autoridades municipais. Ou, pelo menos, se os nacionais não fossem em grande número, o comportamento rejeitado logo a princípio, pelas palavras do prefeito, era fortemente vinculado a esses sujeitos sociais e aparentemente atribuído a todos os despossuídos relacionados àquele espaço considerado perigoso. Os termos utilizados para descrevê-los revelam, em boa parte, a tentativa de desqualificar e mesmo condenar o seu modo de vida como promíscuo, nojoso, vagabundo.

Assim, se inicialmente Washington Luís atacou a suposta insalubridade e sujeira da Várzea, por último tenta igualar as pessoas com o espaço que ocupavam. Essa comparação leva a acreditar que a intenção do prefeito não era somente higienizadora, mas também moralizadora, disciplinadora, visando à exclusão dos indesejáveis. Isto é, na Várzea e em outros lugares em que possivelmente seus moradores fugissem ao modelo sociocultural e ao controle, o caminho era a exclusão, ainda em se tratando de áreas tão centrais e próximas dos bairros dos operários, que desejavam proteger desse convívio considerado contagioso.

Não era somente o espaço que escapava ao controle da "Limpeza Pública", mas, principalmente, as pessoas que representavam um perigo em decorrência do uso que faziam daquele lugar, representando uma percepção do espaço vinculada a um comportamento indesejado. A parcela nacional pobre da população, nas palavras do prefeito, era um dos alvos preferenciais da ação repressora.

Mais que qualquer outra, essa parcela carregava no corpo as marcas de um passado não desejado e no comportamento a resistência à lógica do que se pretendia consolidar. As medidas solicitadas para a urbanização da Várzea afetavam em especial esses sujeitos sociais, que vivenciaram suas experiências naquele espaço.

*Tudo isso pode desaparecer e tendo sido já muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio,*

*a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo* (TORRES, 1969, p. 182-3).

No lugar do perigoso e do incontrolável, um parque seguro; do promíscuo, o saudável; do feio, o belo; da sujeira, o asseio e a higiene; da imoralidade, a moralidade; da barbárie, a civilização. No lugar da antiga Várzea frequentada por incivilizados negros e mestiços, um confortável parque construído a partir do projeto do francês Cochet – alterações que podem ser acompanhadas pela comparação entre as plantas de 1895 e 1928.

Para utilizar a terminologia do próprio Washington Luís, podemos refletir que, pela exposição do prefeito, o doente era a Várzea e a doença fazia-se transmitir não só pelas moscas, mas também pelos homens e mulheres que a frequentavam e habitavam. O “remédio” escolhido pelo “doutor-prefeito” visava não só curar o doente, como dar-lhe nova vida; para isso era necessário fazer “desaparecer” a doença e seus transmissores: as moscas e as pessoas. Uma assepsia acima de tudo social, buscando constituir outros valores e significados para aquele lugar.

Em nome de um determinado modelo de higiene, moral e segurança, foram perseguidos todos aqueles que fugiram à tentativa dos grupos à frente do poder público municipal de controlar e subordinar a população paulistana a uma ordem em formação. Além da Várzea do Carmo, é possível compreender a intenção de excluir socialmente as parcelas populacionais indesejadas em outras áreas próximas ao perímetro urbano central. Novamente, os nacionais despossuídos foram os mais afetados por esse intuito.

Antes, porém, de analisarmos outras regiões com uma marcada presença da parcela nacional pobre, é interessante discutir um pouco mais a experiência desses sujeitos sociais na Várzea, a por meio do diálogo entre as considerações de Washington Luís com outros relatos e, especialmente, com algumas das fotografias estudadas e relacionadas àquele espaço. Essa confrontação, entre fontes distintas, por sua vez, possibilita contrapor novos olhares à descrição feita pelo prefeito, e oferece a oportunidade de acompanhar diferentes dimensões da presença desses modos de vida marginalizados que influenciaram e eram influenciados pela cidade que as camadas abastadas queriam europeizar.



Foto 4 – Ladeira do Carmo (atual Rangel Pestana) em direção à Várzea. Carroceiras e chieas do Tamanduateí fazem parte do cenário. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1860.

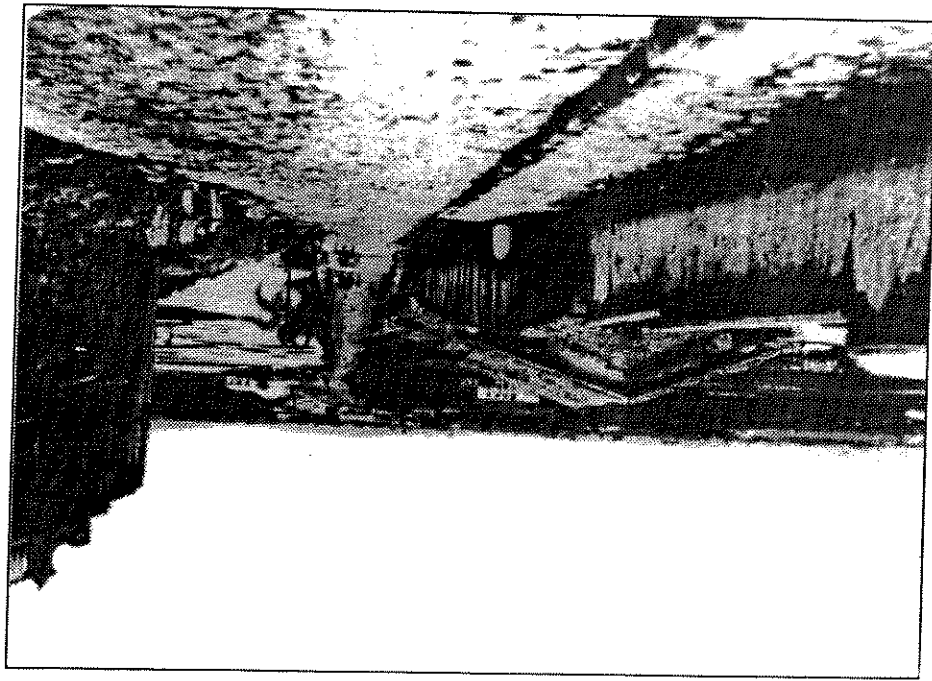




Foto 5 - Rua do Carmo. Um dos carinhos das "lavadeiras do Carmo". Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1910.

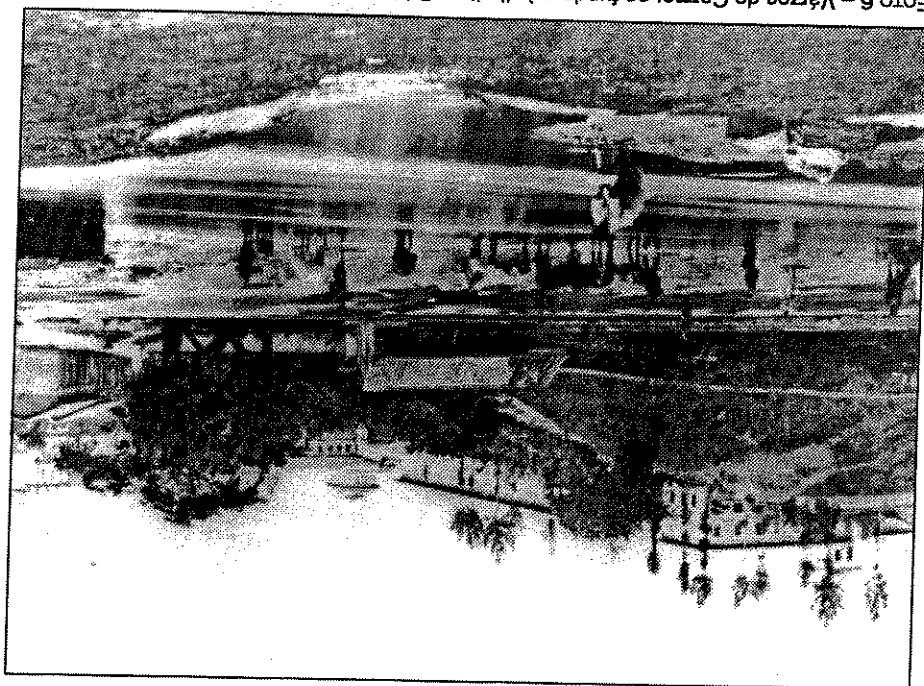
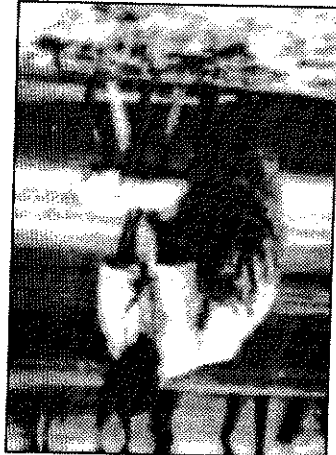
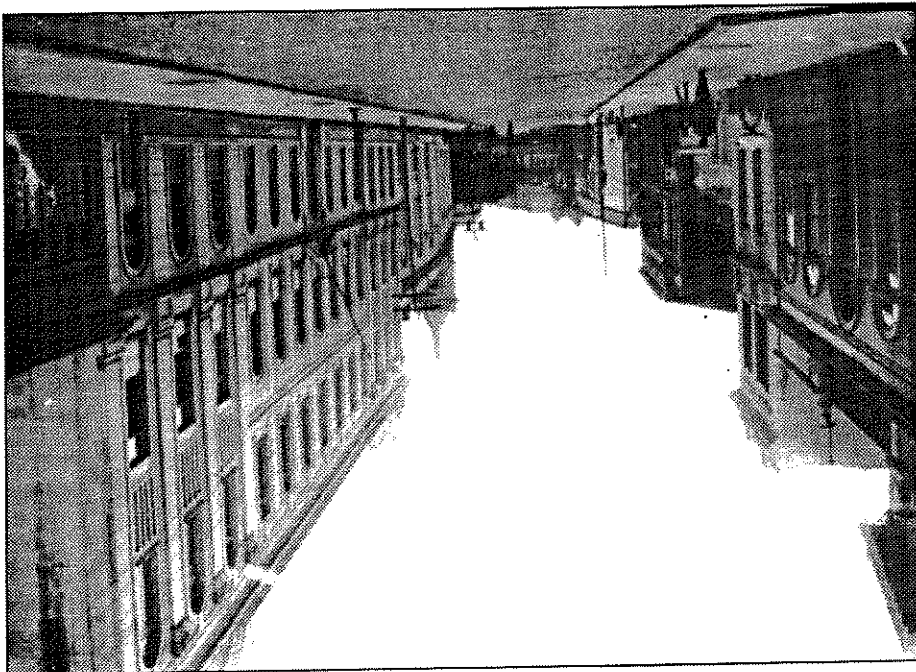


Foto 6 - Varzea do Carmo: ao fundo e à direita o Pátio do Colégio. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1894



Foto 7 - Várzea do Carmo: lavando e secando. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1890.



Percebe-se logo de início que aquela população da Várzea, descrita como "vivendo em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa", quase sempre aparece carregando trouxas, cestos, tabuleiros e balaios; lavando roupas; tratando de cavalos; conduzindo carroças; ou talvez esperando carregar mercadorias em frente dos mercados.

Pela descrição de Washington Luís, esses trabalhadores e suas ocupações eram desconsiderados pois, aparentemente, para o prefeito, todos os que freqüentavam ou residiam na Várzea eram julgados como "perigosos" e tendentes a uma natural imoralidade, criminalidade e às doenças contagiosas. Há o intento claro de relacionar pobreza ao crime e taxar certas regiões como os celeiros naturais das "classes perigosas", misturando os que se tentava marginalizar com a marginalidade.<sup>70</sup>

Entre os tipos mais populares nessa área, ganham destaque as "lavadeiras da Várzea" - as "lavadeiras do Carmo" ou simplesmente as "lavadeiras" -, com suas trouxas de roupas, se dirigindo ao rio Tamanduaté. As fotos 4 a 7 e a detalhada descrição de Jorge Armericano são importantes registros sobre essas mulheres trabalhadoras fora das fábricas.

Com expressões mais amenas em comparação aos termos utilizados por Washington Luís, Jorge Armericano descreve o que era compreendido como a região denominada Várzea do Carmo e seus acessos: "A Várzea do Carmo era alagadiça no tempo das chuvas", observa o autor. "Na seca, entre o Gasômetro e o Carmo, dois braços do Tamanduaté formavam uma ilha. Um desses é o leito atual e o outro corria paralelo à Rua 25 de Março até juntar-se ao primeiro, ali pela altura do atual mercado." (AMERICANO, 1957, p. 146-7)

70. A expressão "classes perigosas" foi utilizada pelo Chefe de Polícia Dr. João Augusto de Padua Fleury em 1879, no Relatório Apresentado ao Presidente da Província de São Paulo. Já o estudioso das classes populares, Louis Chevalier emprega o termo num estudo acerca dos trabalhadores franceses durante o século XIX. A expressão ainda pode ser encontrada no livro de Himmelfarb, especialmente no tópico "Las 'classes andrajosas' y las 'classes peligrosas'", no qual a autora analisa a pobreza dos grupos sociais da Inglaterra no século XIX. Chalhoub, por sua vez, discute num artigo intitulado "Classes perigosas" as origens da utilização dessas terminologias no Brasil no final do século XIX e sua ligação com outro termo: "classes pobres".



*em brigas - tudo isso para a disputa de melhores lugares. Raro o dia em que a polícia não era chamada a intervir, havendo, às vezes, até necessidade de as autoridades realizarem alguma prisão, principalmente quando se tratava de lavadeiras mais exaltadas, que brigavam como homem. A algazarra e os gritos histéricos das mulheres eram ouvidos a distância; todas as vezes que tal acontecia, podia-se notar enorme aglomeração de populares e curiosos, que, dos outeiros do Carmo e do Largo das Casinhas (Largo do Tesouro), se divertiam gostosamente, presenciando, lá embaixo, na Várzea do Carmo, a já costumeira e tradicional "briga das lavadeiras". (Sesso Junior, 1983, p. 79)*

Pelo texto, fica manifesto que as lavadeiras não eram encaradas com bons olhos. Barulhentas, de "pouca vergonha", falando palavrões e brigando "como homens", apesar de divertirem alguns, eram consideradas "desagradáveis", incomodavam setores da sociedade que relacionavam uma determinada maneira de trabalho a modos de vida vexatórios e desmoralizantes para a Cidade.

Não se trata aqui de negar ou afirmar a existência de tal comportamento por parte daquelas mulheres, mas sim de acompanhar a tentativa de ressaltar ou descrever como negativos aspectos de um modo de vida considerado inconveniente. Transparece aqui a intenção de relacionar as lavadeiras, em sua maioria "ex-escravas e mameucas", que trabalhavam e manifestavam nuances de seus costumes e tradições culturais num espaço público, transportando o resultado de seu trabalho pelas ruas, a algo indigno para a Paulicéia que se urbanizava.

Primeiro manifesta-se o propósito de desqualificar e marginalizar modos de trabalho e comportamento que fugiam a delimitação dos espaços, à constituição de um mercado de trabalho especializado e ao controle mais direto dos grupos ligados à administração municipal. Depois, de certa maneira, justificavam-se a repressão policial e a reorientação do uso daquele espaço, como desejava Washington Luís.

A vida social e cultural da Várzea do Carmo, julgada como desqualificada, não se esgotava com a experiência das lavadeiras. Outras pessoas e ocupações fizeram parte desse interessante lugar, para alguns, indesejado espaço. Assim como as lavadeiras, trabalhavam distante do "mundo" das fábricas, lojas e outros estabelecimentos, o que atormentava as autoridades por dificultar o propósito de instituir um controle mais direto sobre suas ocupações e vidas.

Nas fotos 8, 9 e 10 a seguir é possível notar a presença do conhecido "Mercado Caipira" ou "Mercado dos Caipiras", onde os moradores das áreas mais distantes - Penha, Nossa Senhora do Ó, Santana, Santo Amaro, Guarulhos entre outras localidades - vinham vender seus produtos agrícolas, medicinais, artesanais, madeira e outros artefatos para os moradores das regiões mais centrais da Paulicéia.

Esses sujeitos sociais, que marcaram presença em São Paulo na virada do século, ficaram conhecidos como "caipiras ou caboclos", em parte em decorrência da distância de suas residências, em parte por causa de suas origens indígenas e características físicas e comportamentais vinculadas à população pobre nacional.<sup>71</sup>

71. Saint-Hilaire descreve a origem do termo "caipira" da seguinte maneira: "notam-se nos traços de alguns deles os caracteres da raça americana (índios), seu andar é pesado e eles têm um ar rústico e desajeitado. Os cidadãos têm pouca consideração por eles, designados pelo injurioso apelido de *caipiras*, que provavelmente se origina da palavra *curupira*, pela qual os antigos habitantes do país os demônios malfazejos que habitavam as matas. Parece mesmo que este último termo ainda é conservado até hoje sem alteração e sempre com significado injurioso". In: SAINT-HILAIRE, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, 1822, p. 138. Sobre o tema, Bruno faz a seguinte análise: "O fato é que o indígena diretamente ou através do mameleco e depois mais diluído no caipira, deixaria marcas bastante visíveis em São Paulo ainda no século passado. O caboclo genuíno da Freguesia do O ou da Conceição de Guarulhos participava da existência das cidades - já um tanto cosmopolizada - trazendo gêneros de sua roça e os produtos de sua indústria primitiva para vender no mercado paulistano. O mesmo se pode dizer de Santo Amaro e Itapeverica (...)" In: BRUNO, *História e tradições da cidade de São Paulo*, op. cit., p. 49.

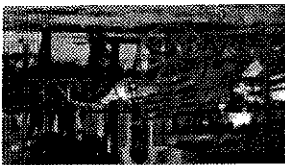


Foto 8 - General Carneiro em direção ao largo do Tesouro. Acervo do DIM-DPHMSP. 1912-1916.

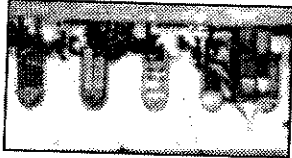
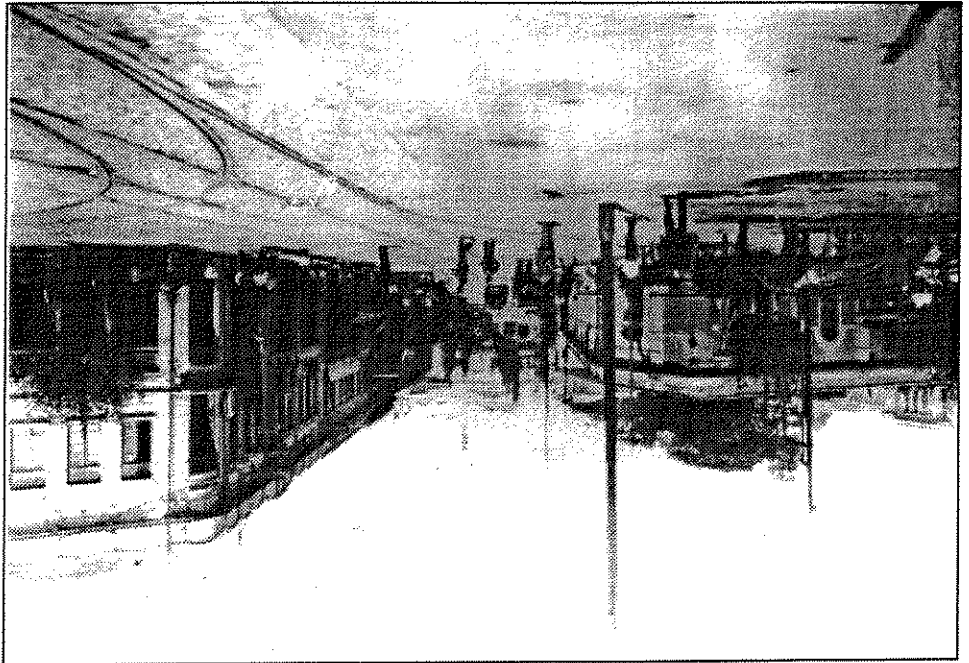
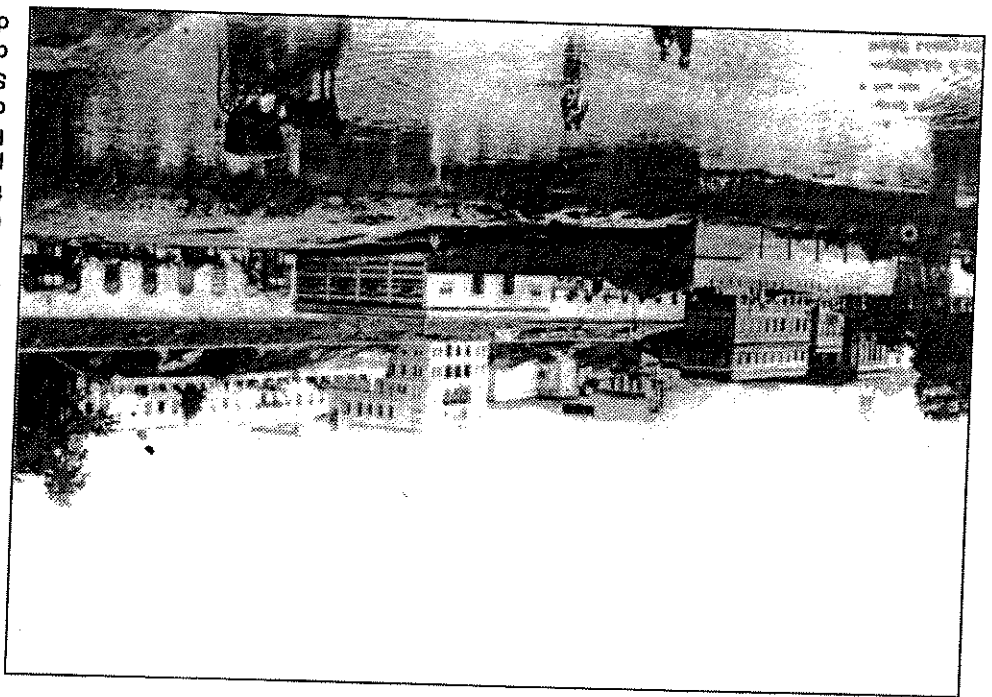


Foto 9 - Mercado dos Caipiras e Quiosques. Ao fundo: à direita, parte posterior do prédio do antigo Palácio do Governo e, ao centro, a Secretaria da Segurança Pública. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1898.



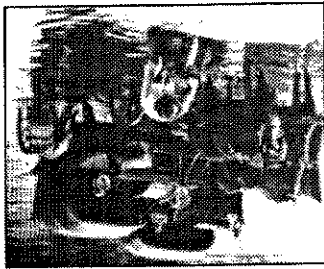


Foto 10 - Mercado dos Caiiras e Quiosques. O Rio Tamandueté e suas vazantes amplamente aproveitado. Sem Acervo do DIM-DPHMSP. Sem data.

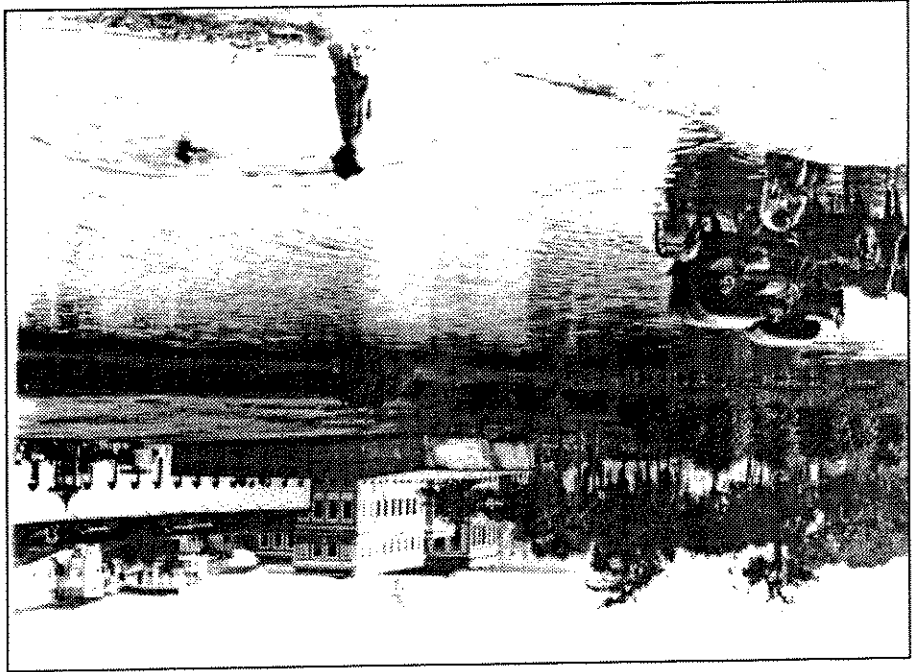
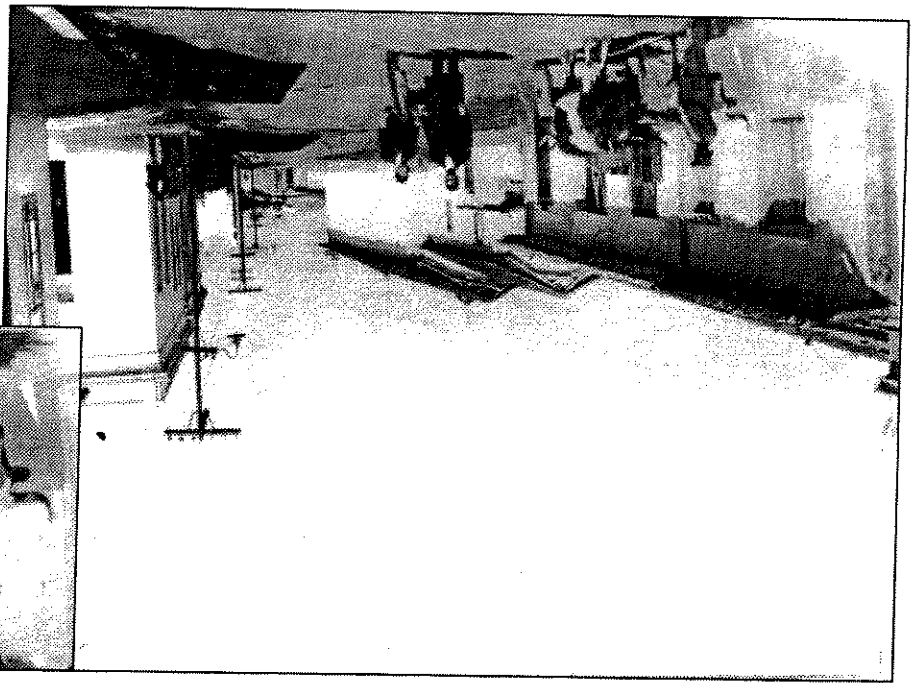


Foto 11 - Penha de França. Uma das raras fotos dos distritos distantes do perímetro urbano central. Destaque para a presença do condutor do carro de boi. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1891.





A Várzea do Carmo provavelmente era, há muito tempo, o lugar de maior confluência dos caipiras e de todos os que vinham das áreas mais distantes para negociar seus produtos. A foto 4, assim como outras imagens, contribuiu com essa consideração por ser datada por volta das últimas décadas do século passado: tomada, a que tudo indica, perto do Largo do Carmo, a imagem mostra o movimento de algumas carrocinhas descendo e subindo a Ladeira do Carmo (hoje parte da Avenida Rangel Pestana) em direção à Várzea.<sup>72</sup>

Assim como as lavadeiras, os caipiras povoaram a Várzea e outros espaços, incomodando com seu modo de vida os grupos mais abastados, por circularem entre as ruas e praças que se procurava remodelar. Em se tratando dos caipiras, os relatos de alguns dos memorialistas mais sensíveis não deixaram de destacar a presença dessas figuras típicas de São Paulo da virada do século. Americano, um desses autores suscetíveis, descreve em suas reminiscências a figura de um daqueles trabalhadores que vale a pena ler contrapondo a foto 11, uma das imagens raras encontradas no acervo do DPH, por se tratar de um distrito considerado distante, a Penha de França, ainda no século passado, 1891.

Próximo à antiga igreja do bairro, além das duas pessoas ao centro da rua posando para a foto, há a presença de um homem negro conduzindo um "carro de boi", o que nos aponta para a significativa participação dos nacionais despossuídos nessas atividades. Além da nítida diferença entre as vestimentas, é possível apreender que o condutor estava descalço, algo muito comum nas fotos em que aparece a população pobre nacional e conforme o relato de Americano:

*Escuta-se a distância um chiado estridente, como o canto de cigarras. Vem aumentando, e aparece o carro, com "lenha bruta", vindo de Santo Amaro, puxado por juntas de bois. Tange-os, ao lado, um caipira, descalço, de*

72. Dias oferece mais sinais, ao analisar as mulheres "carroceiras e vendedoras" que perambulavam pela cidade desde a primeira década do século passado. Em seu estudo, analisa que a Várzea do Carmo era "um dos pontos preferidos de encontro" dos que realizavam aquelas atividades. In: DIAS, *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Ana Gertrudes de Jesus*, 1984, p. 16-7.

*chapéu grande e lenço no pescoço, com uma vara de acicate ao ombro.*

*Comprando "lenha bruta", paga-se quatro vezes o preço das carrocinhas de meio metro cúbico e recebe-se quantidade seis ou sete vezes maior, despejada à calada.*

*Dai a pouca aparece um preto descalço, de machado ao ombro, e se oferece para rachar e recolher.*

*Racha na rua e depois recolhe.*

*Somando o preço da lenha ao que se paga ao preto lenhador, dá diferença a favor do comprador, entre dois e três mil réis. (AMERICANO, 1951, p. 121)*

O "mercado de rua" exercido pelos caipiras, conforme as memórias acima, barateava o preço de alguns produtos e auxiliava o viver cotidiano de vários paulistanos, colaborando mesmo, por um bom tempo, com o próprio desenvolvimento urbano da cidade, por facilitar a circulação de alimentos e outras mercadorias produzidas nas áreas mais distantes. Da mesma maneira, os caipiras contribuíam também para a existência de outras atividades nas ruas e praças, como a do "preto lenhador" e a dos carregadores localizados em torno dos mercados, que muito provavelmente aparecem nas fotos 8, 9 e 10, focalizando os mercados situados na Várzea.

Deste modo, além de circular pelas ruas das regiões mais centrais e nos bairros mais distantes, o principal ponto de comércio e referência dos "caipiras" era mesmo a Várzea do Carmo. Como narra Henrique Raffard: "Os caipiras continuavam a vir de manhã com seus burrinhos carregados, e pelas 11 horas são ainda encontrados no velho mercado, outros preferem oferecer seus gêneros de porta em porta." (RAFFARD, 1977, p. 20) Ao que tudo indica, aquela localidade concentrava um grande leque de atividades comerciais ligadas a produtos alimentícios e outros gêneros.

Além do já referido Mercado dos Caipiras, defronte e "quase anexo" ao Mercado Grande da 25 de Março, anteriormente conhecido como "antigo edifício da praça do mercado" e posteriormente Mercado Municipal, acompanhados nas fotos 8, 9 e 10, existia

também, até 1890, o "antigo Mercado", cujo pátio era ocupado pelas "barraquinhas de vendedores de legumes" e outros produtos.<sup>73</sup>

Jacob Penteado, no livro *Betenzinho 1910*, narra como, ainda garoto, entrou em contato com os mercados populares do Carmo. Essa mesma região, descrita por Washington Luís como repugnante, era considerada pelo escritor como oferecendo um "belo passeio", onde se encontravam mercadorias, que variavam de aves e outros animais típicos da fauna brasileira aos produtos alimentícios e medicinais.

É interessante colocar em diálogo com as reminiscências de Penteado, as fotos 10 e 12, sendo que nesta última nota-se com destaque a presença de "Pai Inácio"<sup>74</sup> que, segurando um papagaio, encontrava-se sentado à entrada de uma característica "tenda" de ervas, raízes e passarinhos localizada no "Mercado Velho".

*Todas as semanas, eu e tia Roma íamos ao Mercado Municipal, antes Mercado Grande, na Rua 25 de Março, ao pé da Rua Geral Carneiro, antiga Ladeira João Alfredo. Ao seu lado, já nos terrenos da Várzea, havia o chamado Mercado Caipira onde ficavam os vendedores de farinha de mandioca, milho, doces de frutas, aves domésticas, papagaios, araras, macacos, ouriços, ervas medicinais etc. Defronte da ladeira Porto Geral saía o trezinho da Cantareira (...)*

*Um belo passeio, pois atravessávamos a Várzea inteirinha, então cheia de valetas, lagoas e mato bem alto.* (PENTEADO, 1962, p. 58)

Ainda no que se refere aos caipiras, mesmo não tendo encontrado informações precisas acerca da postura das autoridades em

73. Muitas das informações acerca dos mercados e de suas localizações foram obtidas nas fotografias.

74. O nome "Pai Inácio" consta da legenda da foto exposta no livro de Hoehne com os seguintes dizeres: "Pai Inácio: uma tenda em que são vendidas ervas medicinais e passarinhos no mercado velho." In: HOEHNE, *O que vendem os hervanários da cidade de São Paulo*, 1920, p. 19.

relação a esses trabalhadores, é possível pensar que os poderes públicos paulistanos não viam com bons olhos se não todos, pelo menos alguns desses vendedores e locais de comércio popular na Várzea e pela cidade. Essa atitude não seria algo apenas casual, uma vez que, conforme já tratado, as autoridades pretendiam um controle ou a rejeição ao que representasse determinados aspectos do passado.

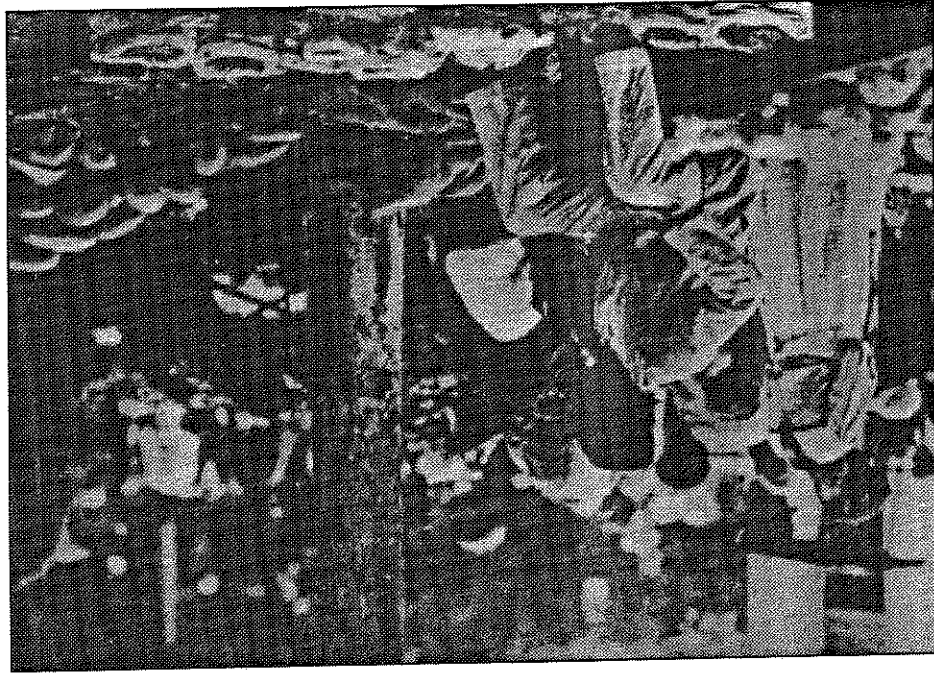
Este provável comportamento repressor das autoridades paulistanas em relação aos caipiras também não seria algo exclusivo do período aqui analisado, uma vez que desde os anos setenta do século passado é possível reparar esse procedimento em relação aos que trabalhavam nas ruas e praças da cidade de São Paulo. Isso se torna perceptível quando em 1876, de acordo com as informações oferecidas por Emami Silva Bruno, a municipalidade recusou "um pedido das Pretas de Nação, quitandeiras de verduras", no sentido de se transferirem do Largo do Carmo para o Pátio do Colégio, onde poderiam vender com mais intensidade suas mercadorias, por ser aquele "lugar mais concorrido".

Porém, ainda conforme os dados fornecidos por Bruno, no outro ano a própria Câmara resolveu que tanto quitandeiras como carroceiros "que vendiam as suas mercadorias estacionados na rua do Palácio (atual do Tcsouro) entre as ruas da Imperatriz (atual XV de Novembro) e do Comércio (atual Álvares Penteado)" se mudassem para a Praça do Mercado e para o Pátio do Colégio. Essa mudança de opinião, contudo, não significou uma alteração da mentalidade dos poderes públicos. Muito pelo contrário, a municipalidade estava levando em conta a inconveniência que quitandeiras e carroceiros passaram a representar ao trânsito e à estética de uma área que rapidamente se modernizava e europeizava. Isso fica enunciado levando em conta o lugar para onde foram transferidas, conforme análise do memorialista Cerqueira Mendes:

*Na rua das Sete Casinhas (atual Álvares Penteado) e no beco dos Minas (sem localização), caipiras e pretas africanas, com insistências interesseiras, apregoavam verduras, frutas, gulodices e salvas torradas, e isso com grande mágoa de Jules Martin (autor da planta da cidade de 1890),*



Foto 13 - Vendedor de ervas, raízes e outros produtos no Largo do Araúche. Livro de F. C. Hoehne/Acervo do SORF-BMSPMA. Por volta de 1920.



Os ervanários, possivelmente muito populares em São Paulo pela preocupação que causavam às autoridades, descendiam direta ou indiretamente das mais antigas raízes culturais do povo brasileiro – índios e negros. Hoehne, no livro *O que vendem os ervanários da cidade de São Paulo*, editado em 1920, decerto expressava muito do que pensavam as autoridades estaduais e municipais sobre tais figuras, uma vez que a obra foi editada com o apoio do Serviço Sanitário do Estado e pela Casa Duprat, onde podemos ler:

*Saber-se o que vendem os ervanários e o que fazem os curandeiros, se nos afigura uma questão de máxima importância para a saúde pública e consideramos muito bem empregado todo o tempo e dinheiro que se despenda para a sua completa elucidação. Em alguns ervanários estabelecidos nesta cidade, no mercado chamado dos caipiras, encontram-se as ervas empilhadas sob um relheiro baixo, de zinco, exalando fétido putrido, cobertas de mofo, misturadas, uma miscelânea, enfim, que mais parece um depósito de lixo que um armazém de ervas medicamentosas ou salutaras. Muito conviria que o Serviço Sanitário dirigisse as suas vistas para este ramo de negócio, evitando assim o perigo que representa uma tal falta de higiene, e que se regulamentasse, não só a colheita, preparo, acondicionamento e conservação, mas ainda a venda destas ervas e cascas medicamentosas, prevendo ao mesmo tempo a impossibilidade de ser o público enganado (...)* (HOEHNE, 1920, p. 6, 24 e 25)

Partindo de uma dúvida acerca do que “fazem os curandeiros” – o que nos permite apreender um certo descontrolo das autoridades

ções da cidade de São Paulo, op. cit., p. 1146; HOEHNE, op. cit.; PENTEADO, Belenzinho. 1910. Retrato de uma época.

sobre aquela atividade -, e mesmo dizendo-se sem as precisas informações, o autor desqualifica a forma como eram vendidas as ervas e o lugar, estabelecendo uma comparação com "um depósito de lixo".

É possível encontrar várias semelhanças entre as palavras de Hoehne e as de Washington Luis em relação à Várzea, as de Sesse Junior no que dizia respeito às lavadeiras e, muito provavelmente, a maneira como as autoridades municipais encaravam os capiras e outras pessoas consideradas inconvenientes. Todavia, as relações ambíguas destas parcelas pobres da população com grupos mais abastados podem ser surpreendidas no próprio texto de Hoehne, que constata perplexo:

*O resultado de qualquer negócio não depende da oferta e sim da procura. Se pois o povo ainda não chegou a um grau de adiantamento capaz de avaliar e compreender a nulidade dos amuletos, figas, rezas e benzeduras, se mesmo pessoas de famílias mais cultas muitas vezes procuram favas e figas contra quebranto e mau-olhado, para dependurá-los ao pescoço dos seus herdeiros, e têm confiança em uma oração, por que razão haveríamos de censurar as pessoas que se dedicam a tal comércio?*

(HOEHNE, 1920, p. 14-5)

A influência dos ervanários, curandeiros, feiticeiros sobre a população causava tanto ou mais receio do que o suposto perigo à saúde pública. O prestígio dessas pessoas deixa transparecer pois a permanência de valores que tentavam destruir, mas que resistiam influenciando hábitos e costumes de muitas pessoas, para o espanto e receio do autor, temeroso com a possibilidade de a ordem pública ser "perturbada".

Talvez Hoehne estivesse exagerando por estar envolvido numa provável disputa entre o saber positivo da medicina contra o saber popular da cura descrito como um "kaos".<sup>77</sup> Porém, em uma

77. "Se procurarmos sindicatizar da origem destas duas profissões (ervanários e

cidade cuja assistência médica provavelmente era muito precária (Sesse Junior, 1983, p. 89), o papel dos "ervanários", "benzedores", "curandeiros", "pretos véios" deveria ser de fundamental importância para boa parte da população, além do profundo enraizamento cultural dessas pessoas e suas crenças entre as camadas populares brasileiras. Em outras palavras, esses sujeitos sociais muito provavelmente gozavam do respeito de vários paulistanos, o que aumentava a importância de sua insubordinação em relação ao saber positivo da medicina e da higiene sanitária.

Nesta direção, vale ter presente que, apesar de provavelmente terem percebido a presença da câmara fotográfica, a postura de dignidade dos dois vendedores de ervas e raízes, entre outras mercadorias, nas fotos 12 e 13, é notável e significativa no sentido da abordagem acima. Se na primeira foto sente-se a figura tranqüila, acolhedora e o olhar penetrante de "Pai Inácio", na outra percebe-se a postura reflexiva do ervanário em meio a outros vendedores e observadores na feira do Arouche. Ambos nos dão a impressão de estarmos diante de pessoas sabedoras dos segredos das raízes, das ervas, da vida e da morte, como uma espécie de conselheiro para muitos dos que o procuravam, mais do que um saber médico, a sensibilidade do conhecer popular.<sup>78</sup>

Pelo livro de Hoehne a partir das duas fotos nele expostas é pertinente assinalar que "ervanários", "pretos véios", "curandeiros", assim como manipular raízes e ervas, simpatias, benzeduras e outras atividades e costumes da parcela nacional pobre, não povoavam apenas a Várzea do Carmo e as regiões mais distantes, apesar de serem mais expressivos nessas localidades. A presença, na maioria das vezes indesejada, dessa parcela e seu modo de vida poderia se fazer sentir em várias regiões da Paulicéia, promovendo uma circularidade de valores culturais e comportamentais entre pessoas de

curandeiros) afins, verificaremos que a sua história se confunde com aquela dos 'Brahmanes' e 'Fakiris' da Índia, e com a dos 'obeahs' ou 'vudus' da África, perdendo-se nos kaos místicos dos séculos. A miscelânea a que se dedicam mostra bem a sua origem híbrida e os fins suspeitos a que se destinam." 78: HOEHNE, 1920, p. 23.

78. É interessante observar que essa idéia transmitida pelas fotos expostas no livro de Hoehne é compreendida pelo autor como um dos aspectos mais negativos e perigosos dos ervanários. É bem provável que os próprios fotógrafos, cujos nomes não são mencionados por Hoehne, tivessem também esse propósito ao fotografarem os ervanários.

nacionalidade, situação socioeconômica e tradições culturais diferentes, como ilustraram reprovando Hoehne e Sesso Junior.<sup>79</sup>

Essa situação certamente era um verdadeiro desafio à tentativa de constituição de um mercado de trabalho ordenado e aos códigos em construção dos espaços urbanos, que pretendiam facilitar o disciplinamento, combater o perigo do "contágio" derivado de comportamentos indesejáveis e a constituição de uma moral ligada à ordem do trabalho.

A definição acerca de quem seria considerado vagabundo, no *Relatório Apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879*, evidencia mais ainda a associação entre "justiça", ação higienista e repressão às experiências sociais e culturais indesejáveis. Apesar de a data do documento não corresponder ao período aqui estudado, suas proposições básicas permaneceram válidas para outros períodos, e, de certa forma, permaneceram norteando a ação policial na atualidade. O *Relatório do Chefe* esclarece:

*São considerados vagabundos, pelo Artigo 300 do Regimento número 120 de 31/II/1842 os indivíduos que não têm domicílio certo nem profissão, ou ofício, nem renda ou meio conhecido de subsistência.*

*Não têm domicílio certo os que não mostram ter fixado em alguma parte do Império a sua habitação ordinária e permanente, ou não estiverem assalariados, ou agregados a alguma pessoa ou família. (Relatório Apresentado pelo Chefe de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo em 1879, 1879, p. 46)*

A exigência de "domicílio certo" e de um trabalho assalariado ou "agregado a alguma família" permite verificar pelo menos duas

79. Sesso Junior nos oferece pista neste sentido. O autor observa que a população, em 1886, "em toda a vasta extensão da Zona Leste" - destacadamente o Brás, habitado majoritariamente por italianos - recorria aos "pretos véios", devido à deficiência dos serviços de assistência médica. In: SESCO JUNIOR, op. cit., p. 89. Ainda nesta direção: HOEHNE, op. cit., p. 14-5.

prováveis intenções, profundamente atadas, das autoridades municipais. Uma delas é a de reprimir a itinerância da população para melhor controlá-la nos espaços funcionais da cidade, possibilitando a tentativa de construir comportamentos desejáveis entre os trabalhadores. A outra é o intuito de impedir o convívio e a "contaminação" social e cultural derivada de pessoas consideradas perigosas à ordem que se desejava estabelecer.<sup>80</sup>

No entanto, as próprias constantes transformações urbanas, as dificuldades econômicas vivenciadas por boa parte dos habitantes da Paulicéia e o tipo de atividades que possuíam muitos, especialmente a parcela nacional, decerto faziam com que o número de candidatos ao título de vagabundo fosse grande. Pelo documento, os modos de vida que fugissem a esse controle seriam discriminados, combatidos e prescritos como crimes pelo direito positivo.

Deste modo, a designação "vagabundo", atribuída a alguém, não significava necessariamente uma falta de atividade ou de trabalho, mas, por vezes, a existência de ocupações indesejáveis, vinculadas a modos de vida diferenciados, que se contrapunham à disciplina que se estabelecia. A perseguição à chamada "vagabundagem" era também uma tentativa de apropriar hábitos, costumes, tradições, saberes que pudessem conferir uma relativa autonomia às pessoas.

O "Código de Posturas do Município de São Paulo" (1886) reforça essa intenção, ao tratar dos "curandeiros" em seu "Título XVII - Sobre Vagabundos, Embusteiros, Tiradores de Esmola, Rifas". Transparece, nas entrelinhas do Código, a estreita relação entre comportamentos rejeitados e o que era considerado delito. Mantendo, em linhas gerais, a definição de vagabundo citada no "Relatório do Chefe de 1879", as Posturas tratam do seguinte modo os "curandeiros":

80. No que se refere a esta temática, foi significativo o estudo das seguintes obras: ABREU e CASTRO, "A arte de administrar a pobreza: assistência social e institucionalizada em São Paulo no século XIX". In: TRONCA, (org.), *Foucault vivo*, 1987; BARREIRO, "Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX". In: *Revista Brasileira de História* - 14, 1987, p. 131-49; CHALHOUB, op. cit., FERROT, "Os operários, a moradia e a cidade no século XIX". In: *Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*, 1988, p. 101-22; RAGO, "Do cabaré ao lar". In: *A utopia da cidade disciplinar - Brasil: 1890-1930*, 1987; TURAZZI, *A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX e XX*, 1989.

*"Título XVII*

*Sobre Vagabundos, Embusteiros, Tiradores de Esmola, Rifas (...)*

*Artigo 199 – Todos os que se intitularem curandeiros de feitiços, ou efetivamente empregarem orações,*

*gestos ou quaisquer embustes, a pretexto de curar, incorrerão na multa de 30\$ e oito dias de prisão.*

*Artigo 200 – Os que se fingirem inspirados por algum ente sobrenatural e prognosticarem acontecimentos que possam causar sérias apreensões no ânimo dos crédulos, sofrerão a multa de 30\$ e dez dias de prisão. (...)" (Código de Posturas do Município de São Paulo de 6 de Outubro de 1886, 1940, p. 26-7)*

De acordo com as determinações do documento, um expressivo número de vendedores de ervas, "pretos véios" e "benzedores" corriam no período um sério risco de estar cometendo infrações capazes de gerar a detenção. Porém, a venda e o manuseio de raízes e ervas, a crença em rezas, benzeduras, amuletos, a procura por guias espirituais, a presença de tendas e pessoas que fazem lembrar "Pai Inácio" e o vendedor do Arouche, continuam a existir ainda hoje em São Paulo. Apesar das perseguições, são permanências das mais antigas raízes culturais da população paulistana.

O enquadramento, a perseguição e a resistência desses sujeitos sociais são entendidos como parte de um amplo processo que buscava excluir e apagar da memória da cidade a presença de caipiras, lavadeiras e outros que representavam um perigo de perturbação da ordem na Várzea e nos espaços mais centrais da Paulicéia. A tentativa de reurbanizar São Paulo, buscando a europeização do meio urbano, a alteração na composição étnica de sua população, a constituição de um mercado de trabalho subordinado aos interesses das camadas mais abastadas e a especialização dos espaços, leva a entender a cidade não como algo harmonioso, em que ocorreu a vitória de um projeto urbano que era ao mesmo tempo social e cultural, mas como um palco de interações e de constantes lutas entre

a ordem desejada e a experiência vivenciada no uso diário dos espaços.

Caipiras, lavadeiras, ervanários, curandeiros, "pretos véios" somam-se, guardadas as devidas diferenciações, a outras pessoas que experimentaram essa tentativa dia a dia, seja nas localidades mais distantes seja no perímetro mais central.<sup>81</sup>

### LARGO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E O SUL DA SÉ: "SÃO PROIBIDOS OS BATUQUES"

Ruas, praças, becos, igrejas desapareciam e/ou eram remodelados. Costumes e pessoas eram prescritas, presas e/ou excluídas. Aparentemente, ao fim do século passado e início deste, quase todos os espaços urbanos paulistanos mais centrais vivenciavam essa espécie de "cruzada" em nome de uma eventual civilização, segundo os modelos europeus contra uma suposta "barbárie" dos não europeus e dos quase não europeus.

No entanto, mais uma vez cabe ressaltar que, para este trabalho, tal processo em nome do "moderno" não ocorreu isento de contradições e resistências, das mais variadas formas. Dando continuidade a esta análise, acompanhamos outros dois desses lugares que, assim como a Várzea do Carmo, eram tipicamente habitados ou frequentados por um significativo número de nacionais e onde a ação das autoridades não visou apenas a regulamentação e a exclusão, mas também a extinção.

Um desses espaços foi o Largo do Rosário – foto 14 a seguir –, posteriormente rebatizado como Praça Antônio Prado. Localizado numa das extremidades da rua Imperatriz (XV de Novembro), no conhecido e elogiado "Triângulo Central" de São Paulo, nesse Largo existia uma igreja, cujo nome expressava a parcela da população majoritária entre seus fiéis: Igreja do Rosário dos Homens Pretos, conforme imagens da foto 14, produzida em 1904.

81. As fotos e os relatos apontam algumas dessas regiões encravadas no chamado centro da cidade.

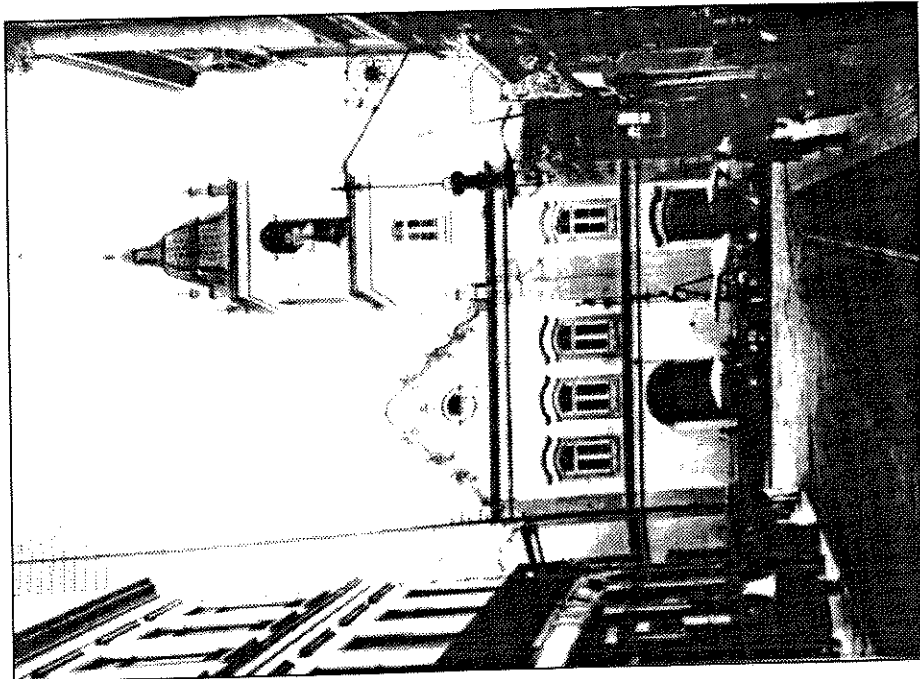


Foto 14 – Largo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e (atual Praça Antonio Prado). Foto tirada da Rua XV de Novembro. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1904.



Foto 15 – Largo de São Bento. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1912.





Ainda pela "reprodução" 14, é possível observar que o Rosário também era um ponto de concentração de ambulantes, localizados nos arredores da Igreja, com seus tabuleiros e barraquinhas. Tomada da rua da Imperatriz (XV de Novembro), a foto permite reparar a diferença entre aqueles dois espaços vizinhos. Por um lado, o lugar das luxuosas casas financeiras, relojarias, confeitarias e cafés da Imperatriz, Direita e São Bento, frequentadas pelas camadas endinheiradas da população; por outro, o Largo, a Igreja e o comércio frequentados pelos "homens pretos".

A foto 15, que registra um outro Largo, o de São Bento, em 1912, próximo ao do Rosário, oferece mais sinais acerca dessa dualidade entre o comércio nos estabelecimentos convencionais e o que vivia das ocupações advindas das tradições e hábitos que no cotidiano das ruas foram experimentados e inventados. Sob o olhar quase constante das autoridades, representadas na foto pelo policial, crianças carregavam trouxas e cestos — talvez de doces ou outros produtos a serem comercializados nas ruas, praças e portas das igrejas —, faixas de produtos importados, placas nas carroças, inscrições nas fachadas das edificações apontavam para o quase total monopólio de alguns imigrantes abastados e de produtos estrangeiros sobre o comércio nos estabelecimentos convencionais do alto comércio na Paulicéia.<sup>82</sup>

82. Em diálogo extraído do livro do memorialista Jorge Americano, *São Paulo naquele tempo* — o da virada do século —, o menosprezo pelas mercadorias nacionais, a procura por importados, a nacionalidade do vendedor, o nome e a localização do estabelecimento combinam-se com a imagem 15, deixando transparecer ainda esse monopólio.

*Entraram na Casa Alemã (o autor se refere a uma moça e seu irmão fazendo compras na rua Direita na loja de tecidos).*

— Deixa ver aquela fazenda ali em cima, faz o favor.

*Não! Não é essa, a outra.*

*Deaceu o cabeiro com a peça de fazenda. (...)*

— É estrangeira?

— Não, é nacional.

— Ah, então não serve. O senhor acha que eu vou comprar

fazenda nacional?

— Temos estrangeira.

— Ah, isso sim.

— É que a senhora não tinha avisado.

— Mas não era preciso avisar, eu não estou fazendo compras para as criadas.

— A senhora me desculpe.

In: AMERICANO, *op. cit.*, p. 80-1.

Ao que tudo indica, a rua era o espaço alternativo dos grupos populares, considerados insubmissos ou portadores de características indesejáveis do ponto de vista das sensibilidades dominantes em expansão. Aspecto de relevância a ser ressaltado é que, tanto no Rosário, como no Largo de São Bento, além de concentrarem-se trabalhadores dos espaços públicos, após as proclamações realizavam-se, por suas adjacências, congadas, batuques, sambas, moçambique, caiaçós, promovidos pela Irmandade dos Homens Pretos. (FREITAS, 1978, p. 147) O espaço do trabalho cotidiano também era lugar das celebrações religiosas e das manifestações lúdicas, que remontavam das mais diversas tradições culturais da parcela nacional da população pobre paulistana.<sup>83</sup>

Decerto essas expressões de origem afro e indígena, assim como aquelas atividades, não deveriam ser bem vistas pelos grupos da população vinculados aos escalões mais altos da sociedade paulistana, ainda mais em se tratando de área tão central. Esse provável sentimento de repulsa fica visível na descrição feita em 1917, por outro memorialista, Afonso A. de Freitas, no livro *Tradições e reminiscências paulistanas*.

Editado por Monteiro Lobato em 1921 e posteriormente reeditado pelo governo do Estado (1978), o livro de Freitas descreve aqueles ritos como "anacronismo" de uma parte do passado indesejável, o que justificava a repressão que se abateu sobre suas manifestações. Contudo, foi a maneira como o autor narrou uma das

83. Os termos manifestação e expressão não estão sendo utilizados no sentido de colocar a cultura e o lúdico como um nível superior, inferior, ou mais uma esfera totalmente distinta e exterior à vida social, mas como algo que faz parte e constitui as experiências cotidianas dos indivíduos. "Poís", como escreve Thompson, "as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe alguns praticamente teóricos) como instinto proleário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (por meio de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas". In: THOMPSON, "O termo ausente: a experiência". In: *Miséria da teoria*, 1981, p. 189.

Igualmente de grande importância foi a leitura de: WILLIAMS, *Marxismo e literatura*, 1977; GINZBURG, "Prefácio à Edição Italiana". In: *O queijo e os vermes*, 1989, vários artigos. In: *Projeto História 10 - História e cultura*, 1993; DAVIS, *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*, 1990; BURKE, "Introdução" e "Em busca da cultura popular". In: *Cultura popular na Idade Moderna*, 1989.

mais significativas expressões daquelas pessoas, "a dança dos caiapós",<sup>84</sup> que evidencia a sua insatisfação em relação a estas práticas, numa cidade que procurava se modernizar e europeizar.

*Unicamente as "congadas", "batuques", "sambas", os "moçambiques", ainda se realizavam pelas ruas, de ordinário no largo de S. Bento ou junto às igrejas de S. Benedito (que os documentos atestam pertencer a S. Francisco), e do Rosário, após o recolhimento das procissões: reprimidas por anacrônicas foram substituídas pela dança dos "caiapós", arremedo dos costumes daqueles silvícolas, sem valor étnico, organizado artificialmente que era, de pretos crioulos da Capital. (FREITAS, 1978, p. 147)*

Mais uma vez, percebe-se o propósito de desmerecer e demonstrar a inconveniência, para a ordem em constituição, de um comportamento relacionado à parcela nacional despossuída, o que servia, por vezes, para legitimar a proibição e a repressão. Freitas parece mesmo desprezar aquelas manifestações, ao descrevê-las como "anacronismos", ou não reconhecendo o valor de suas origens. "Afinal de contas", conforme o autor, eram folguedos que recordavam um passado considerado "bárbaro" e "selvagem", quando vinculados aos inconvenientes negros e aos idealizados, porém também indesejados, índios, ainda mais quando se realizavam nas áreas destinadas a vitrines da projetada nova realidade urbana europeizada da Paulicéia.

O "caiapó", de acordo com a exposição do memorialista, entre as outras manifestações, era uma das que provavelmente mais provocava aversão, por parte dos grupos à frente do poder municipal,

84. Caiapó: (...) folguedo de pessoas do povo que se vestem de índio ou selvagem, para desfilar e dançar (...). O centro irradiador do caiapó julgamos haver sido São Paulo de Piratünga, onde vamos encontrá-lo, em 1794, incluído nas festas de nascimento da Princesa da Beira". In: LIMA, *Folguedos populares do Brasil*, 1962, p. 166.

Além do livro de Lima, foram significativas as informações oferecidas por CASCUO, *Dicionário do folclore brasileiro*, p. 221.

na época - mesmo que inicialmente tenha "sido estimulada talvez pelas próprias autoridades brancas".<sup>85</sup> Entretanto, essa expressão ao mesmo tempo cultural e social, apesar da tentativa de desmerecê-la como "coisa de gente desqualificada", existiu e resistiu até a atualidade, incomodando e desafiando a perseguição das autoridades.

Muito provavelmente a rejeição ao "caiapó" acontecia, entre outras razões, por ser uma interessante forma de resistência e sincretismo de valores das raízes culturais indígenas, africanas e de seus descendentes, manifestada num dos pontos centrais da cidade. O próprio nome do folguedo é comumente atribuído a um processo de resistência, já que "caiapós" pode ser considerado uma referência aos índios "kaiapós", do grupo Gê, que resistiram e causaram enormes perturbações aos bandeirantes durante os séculos XVII e XVIII. Entretanto, para muitos dos que estudam as tradições culturais populares, somente o nome era derivado desse grupo, "porque os traços indígenas que permaneceram no caiapó, folguedo popular, são especialmente Tupi-Guarani".<sup>86</sup>

Referenciando-se no grupo Gê ou Tupi-Guarani, o caiapó unia valores de grupos excluídos do poder na cidade de São Paulo. Sua permanência aponta no sentido da força essencial dos elementos advindos das tradições indígena e africana, guardados pelos seus descendentes e expressos em ritos que recordavam essas culturas.

Assim, a Igreja dos Homens Pretos, o Largo do Rosário, seus ambulantes e as manifestações culturais populares de origem afro e indígena deveriam representar um desafio à elite e ao poder público, por estarem localizados num dos pontos que mais se europeizavam - o "Triângulo Central". Como acompanhamos nas imagens relacionadas ao "Triângulo", aquela área estava destinada a ser um dos símbolos da metrópole moderna, onde já haviam começado a se localizar as várias casas bancárias, comerciais e as suntuosas confeitarias.

85. Esse estímulo inicial, segundo Tinhoão, era "em face da onda de nacionalismo desencadeada por ocasião da independência em torno da figura do índio brasileiro". TINHOÃO, "Salvador deu capoeira, Recife deu frevo, Rio deu samba. E São Paulo: não deu nada?". In: *D. O. Leitura*, 1992, p. 2.

86. Informações obtidas em Lima, que também colabora com a hipótese da rejeição, fazendo a seguinte análise: "(...) lembramos que, socialmente, o que era e é ainda (o caiapó), na maioria dos lugares em que apareceu, era tido como expressão de gente ruim. Mas apesar dessa má vontade de certos elementos da classe dominante e mesmo de toda ela em relação ao folguedo, a verdade é que ele existiu (...)". In: LIMA, *op. cit.*, p. 167.

A Igreja foi então transferida, por volta de 1903, do Largo do Rosário para o Paissandu, existindo até hoje numa das regiões também tachada como perigosa pelas autoridades, em decorrência dos que a frequentavam. Percebe-se deste modo que, apesar da mudança, a Igreja e seus arredores continuaram sendo um ponto de encontro e de crença da parcela nacional pobre da população.

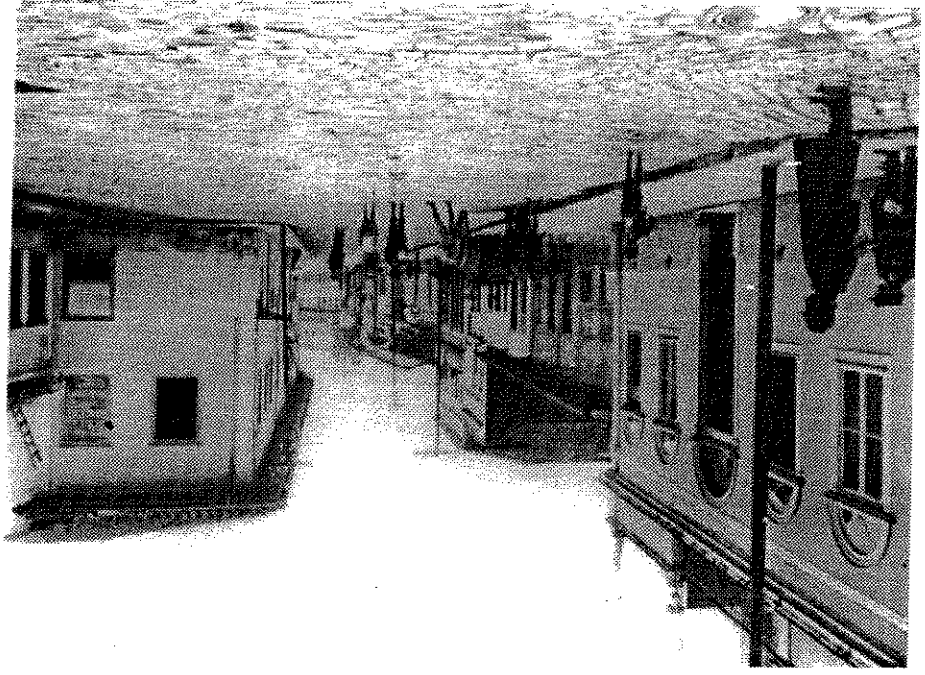
O antigo Largo do Rosário, por sua vez, foi reurbanizado e rebatizado com o nome de um dos prefeitos que mais se empenharam nessa modernização europeizante: Conselheiro Antônio Prado. Agentes da modernização optaram pela destruição não só física, mas também de valores historicamente construídos, buscando a reconstrução sem contradições e procurando oferecer um novo significado àquele espaço. Novamente é possível discutir que a procura pela remodelação arquitetônica de São Paulo esteve relacionada à formulação de uma nova percepção do que deveria ser a cidade e seus lugares, à tentativa de eliminação de tradições inconvenientes e à marginalização dos indesejáveis.

Importantes sinais dessa constante procura pela reurbanização e reassentamento de grupos socioculturais foram a remodelação, a mudança de nome e o desaparecimento, especialmente durante as primeiras décadas desse século, de algumas das ruas da região conhecida então como "Sul da Sé" e adjacências. A contraposição entre as plantas de 1895 e de 1928 com as fotos a seguir - 16 e 17 - possibilita acompanhar dimensões desse processo de alterações no meio urbano.

Acompanhando as imagens, os becos e ruas da região, começando pela do Carmo - onde ficavam localizados a Igreja e o Convento do mesmo nome (vistos nas fotos a seguir) antes e depois de serem remodelados e a rua alargada -, pode-se reparar que algumas casas do lado esquerdo da Igreja foram reformadas e outras destruídas. É interessante notar que justamente algumas das construções térreas, vistas próximas à carroça na foto 16, cederam lugar para a construção de sobrados.

Repare-se ainda, que, se na reprodução 16, produzida provavelmente em 1910, havia uma grande movimentação de pessoas, especialmente de crianças observadas de perto pelo policial, na 17 o movimento é bem menor. Apreende-se que houve uma tentativa de reorientar aquele espaço de moradia, como também possibilita ponderar outras fotos daquela região.

Foto 16 - Rua do Carmo e Igreja do Carmo. Foto tomada a partir da Rua da Boa Monte, em direção ao Carmo. Acervo do DIM-DPHMSP. Por volta de 1910.



Detalhe da  
foto 16.

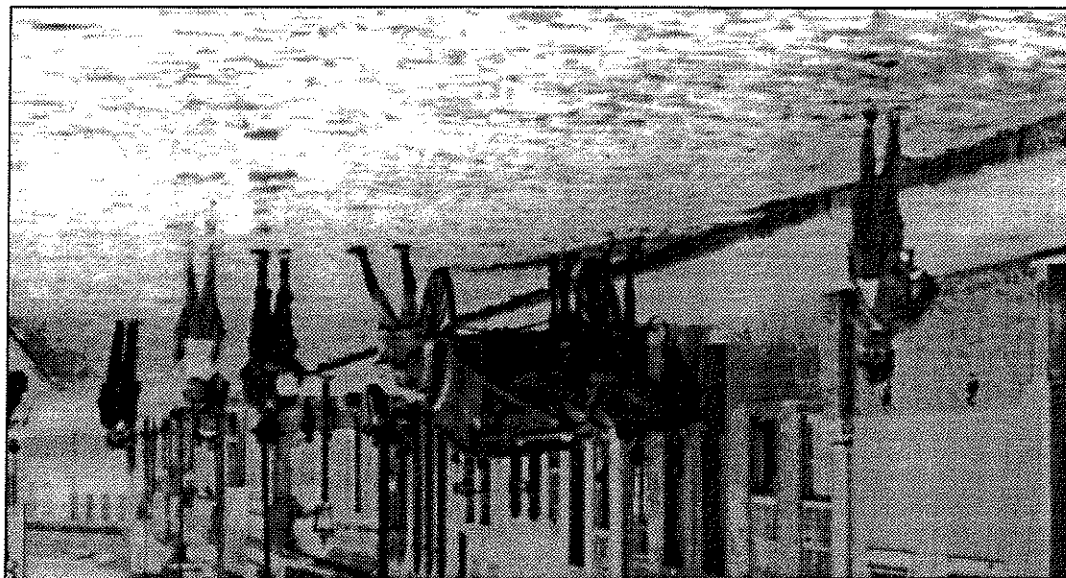
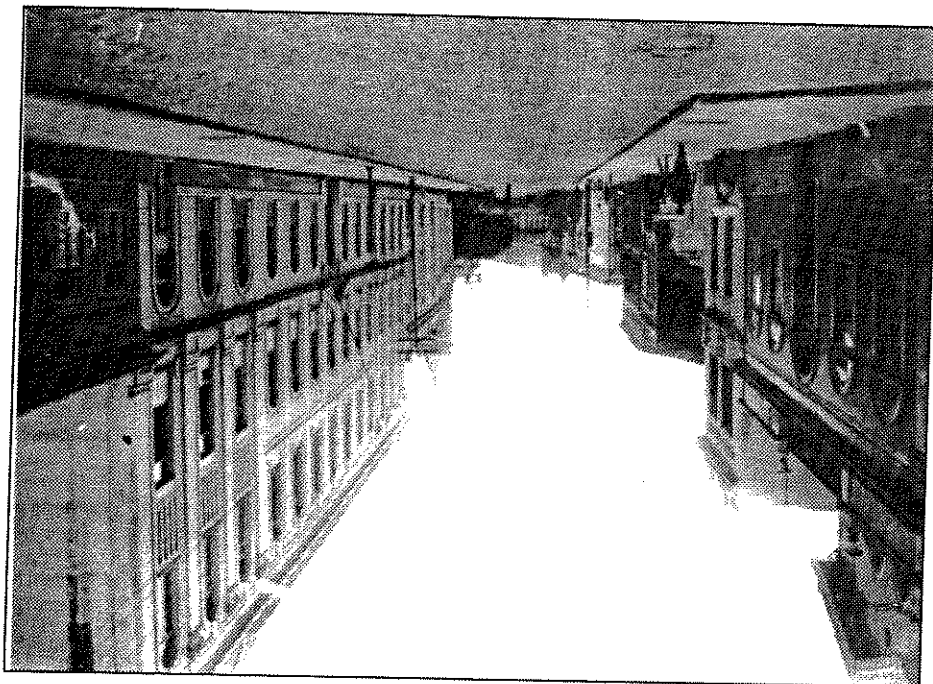


Foto 17 - Rua do Carmo. Um  
do Carmo", Acervo do DIM-  
DPHMSP. Por volta de 1910.



A planta de 1895 comparada com a de 1928, também permite questionar outros aspectos do esforço de remodelação daquela área. Percebe-se pelos traçados dessas plantas que a rua Santa Teresa, conhecida como Beco do S. Sacramento, localizada onde iniciava a Ladeira do Carmos, desapareceu quase que totalmente com a reconstrução do Largo da Sé entre 1910 e 1914. Por sua vez, a antiga Capitião Salomão – na planta aparece como rua Esperança, seu último nome –, que saía do Largo da Sé rumo à Praça João Mendes e à Igreja dos Remédios, inicialmente conhecida como “caminho que vai para a força”, foi também destruída com a reurbanização daquela região.

Ainda segundo as informações que constam do acervo do DIM-DPHMSP sobre a Capitião Salomão, na extrema esquerda dessa rua, em direção à Sé, havia a esquina com o Beco do Mosquito, igualmente extinto e representado atualmente pelo trecho do Largo da Sé em frente à Catedral.

Comparando as duas plantas, outras vias que deixaram de existir, pelo menos parcialmente, ou sofreram alterações em seu traçado e nome foram: a rua do Quartel, rebatizada como 11 de Agosto e posteriormente incorporada à Rangel Pestana (parte da antiga Ladeira do Carmo); a Marechal Deodoro, incorporada à Praça da Sé; a rua Caixa d'Água, que passou a ser denominada Barão de Paranapiacaba; a rua da Boa Morte, também incorporada à do Carmo, que, por sua vez, deixou de ser o nome do trecho que ligava o Pátio do Colégio à Ladeira do Carmo (atual Roberto Simonsen).

De maneira geral, hoje esses lugares correspondem à área localizada entre o Largo e a Catedral da Sé, Rua do Carmo, Praça João Mendes e proximidades. Nota-se, a partir dessas imagens do Sul da Sé, que essa região deveria ser frequentada e habitada por uma população no geral pobre e com uma significativa presença da parcela nacional, desde os tempos da escravidão. O grande número de pessoas circulando por essas ruas e a frequência de crianças descalças, brincando ou tomando conta dos menores, levam a supor que aquela era também uma região bastante povoada.

Por sua vez, a constância em que aparecem policiais nas fotos encontradas dessa área, com uma aparente postura austera, observando os que circulavam, permite apreender a necessidade que, possivelmente, o poder público possuía de se fazer sentir presente, não talvez no sentido de garantir a segurança daquelas pessoas, mas

procurando orientá-las sobre formas de uso dos espaços, coibindo a disseminação de comportamentos considerados perniciosos ante os novos modos de viver nos centros urbanos. Mais do que o desapearimento dos espaços físicos, as constantes remodelações urbanas no Sul da Sé, bem como na Várzea do Carmo e no antigo Largo do Rosário, comportaram a tentativa de reorganização de modos de ocupação desses lugares públicos, de costumes e tradições de seus habitantes – relacionados às carnadas populares nacionais –, delimitando direitos e restringindo formas de viver e de ser cidadão em São Paulo.

Ainda neste sentido, o jornal *A Redenção* oferece importantes informações acerca dos que habitavam aquela área e do comportamento da polícia em relação à população do Sul da Sé. Ao criticar a repressão policial quando dos festejos comemorativos do 13 de maio de 1897, o jornal mostra a tentativa de reorientar o comportamento daqueles sujeitos sociais, coibindo suas manifestações.

Pelo comentário do redator-chefe, Dr. Antonio Bento, o Sul da Sé era um dos pontos em que tais festejos aconteciam com maior intensidade. No entanto, outro aspecto interessante é que o próprio *A Redenção*, que se dizia defensor dos interesses da população negra, ao descrever esse lugar como uma área de constantes assaltos, voluntária ou involuntariamente acabava colaborando com a construção da imagem daquele lugar e de sua população como perigosos. Isto é, a vinculação entre o que era considerado marginal e a pobreza da população nacional servia, em muitos casos, como justificativa para a repressão, inclusive de suas festas. Por fim, acentuando ainda mais a marcante presença dos nacionais nesse distrito, o jornal pede mesmo a nomeação de um “delegado abolicionista” para aquela área.

*Este ano (1897), nem ao menos os libertos puderam festejar como de costume o dia 13 de maio, com suas canções e danças que recordam os tempos da escravidão, porque o Sr. Capitião Rocha, subdelegado do Sul da Sé entendeu que devia mandar fazer cessar as danças porque 10 horas já tinha dado. No entanto, no Sul da Sé, todos os dias*

*cometem-se roubos e há bem poucos dias, e bem perto do quarteirão da rua Barão de Iguape e pertinho da residência do Sr. Capião rocha, com o grave incidente de ser assassinada uma criança.*

*O Sr. Capião Rocha, que se incomoda com as danças que os libertos costumam fazer uma vez por ano, em frente a nossa residência, não se incomoda com os roubos constantes que se dão no Sul da Sé, que até os jornais já não noticiam cansados de noticiarem tantos. (...)*

*Para o Sul da Sé deve ser nomeado um subdelegado abolicionista. (A Redempção, 18.7.1897, p. 3)*

Não pretendo negar a existência ou a frequência de assaltos no Sul da Sé, mas acompanhar que até pessoas de certa forma ligadas àquela população – Dr. Antonio Bento –, acabaram incorporando aspectos de uma visão que vinculava as regiões pobres, especialmente as frequentadas e habitadas pelos nacionais, aos lugares e berços “do vício e das enfermidades” como “escolas” do crime e da imoralidade.<sup>87</sup> A pobreza material daquela região da Sé era entendida como sinônimo de delitos e doenças, cabendo a reurbanização daquela área e a intervenção médico-higienista e policial.

Outras ruas, becos e espaços – assim como suas formas de ocupação –, como é possível acompanhar pelas plantas da cidade, também sofreram com essa remodelação da área central metropolitana, como os localizados no Anhangabaú, na região conhecida como Ladeira dos Piques (atual Rua Quirino de Andrade), Paissandu,

87. Em se tratando desse aspecto, o estudo de Himmelstarr foi de grande importância para o presente trabalho. Guardadas as devidas diferenças históricas, essas expressões, também presentes no discurso das autoridades paulistanas, conforme visto, foram utilizadas pela autora ao analisar em seu livro a maneira pela qual eram considerados os lugares habitados pelos grupos pobres da população em Londres durante o século XIX: “(...) los barrios bajos eran los ‘criaderos’ del vicio y de las enfermedades, ‘escuelas’ del crimen y la ‘inmoralidad’”. HIMMELSTARR, “El ignoto país e los pobres”. In: *La idea de la pobreza – Inglaterra a principios de la era industrial*, op. cit., p. 360.

Santa Ifigênia, Santa Cecília etc. Porém, caberiam novas e mais aprofundadas pesquisas. Além disso, as que foram aqui abordadas podem ser consideradas emblemáticas do sentido dessas transformações que, consciente ou inconscientemente visavam desqualificar e reprimir as manifestações e o modo de vida de diferentes sujeitos sociais da parcela despossuída da população, em particular os nacionais.

Além do provável elevado número de sujeitos dessa parcela da população, existia mais alguma coisa em comum entre esses locais. Na Várzea do Carmo, no Largo do Rosário e/ou no Sul da Sé, a intervenção médico-sanitária, a repressão jurídica e policial às festas e outras atividades, a remodelação e a destruição, foram quase sempre feitas em nome da higiene, da ordem pública e da modernização ao estilo europeu. Ou seja, em nome da civilização contra a barbárie encarada como contagiosa.

Neste sentido, é sintomático que o mesmo “Código de Posturas” municipais de 1886, ao definir o que seria um vagabundo, abrangesse um amplo número de atividades da parcela nacional, não deixando de proibir algumas das festas populares na cidade. Em seu “Título XVIII sobre os Diversos Meios de Manter a Segurança, a Comodidade e a Tranquilidade Pública”, este Código criminalizava algumas das manifestações de origem profundamente popular.

#### Título XVIII

*Sobre os Diversos Meios de Manter a Segurança, a Comodidade e a Tranquilidade Pública*

(...)

*Artigo 236 – São proibidos os batuques e cateretês dentro da cidade e suas povoações: sob pena de 20 \$ de multa a quem cometer em sua casa ajuntamento para esse fim. (Código de Posturas do Município de São Paulo, 1940, p. 30)*

É em boa parte derivada dessa tentativa de higienizar, coibir e camuflar a experiência social e cultural dos nacionais pobres a dificuldade que encontrei ao tentar perceber essa parcela da população na cidade de São Paulo. No entanto, esses lugares foram palco

de uma grande variedade de atividades de sujeitos que, mesmo em condições de marginalidade ou semimarginalidade, se relacionavam com as transformações na Paulicéia.

Experimentando assim formas de vida contraditórias, nem sempre perceptíveis aos olhos dos que procuram maneiras de lutas convencionais das camadas excluídas contra os grupos abastados, a parcela nacional pobre da população vivenciou as transformações que ocorriam na São Paulo da virada do século. Muito do seu modo de viver era subversivo às normas e códigos que agentes dominantes procuravam constituir, da mesma forma que esse ideário normatizador era marginal a essas pessoas, o que conduzia a um outro tipo de comportamento ante as autoridades.

Assim, por mais que tentassem reformular e atribuir novos valores especializando os espaços e enquadrando comportamentos, a cidade vivenciava uma incessante reacomodação, reinvenção e mesmo retomada de suas ruas, praças e becos por parte daqueles sujeitos.

## CAPÍTULO III

“SERVIÇOS DE NEGROS – NA  
CADÊNCIA DE MODAS  
ÍNDÍGENAS E AFRICANAS”